

ATA N.º 2/2021

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE
19 DE MARÇO DE 2021**

Aos dezanove dias do mês de março de dois mil e vinte e um, por videoconferência, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram **presentes** os seguintes deputados municipais:

1. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
2. Ana Carla Marques Pereira Gomes;
3. António Ferreira Pereira de Melo;
4. António José de Almeida Sequeira;
5. Artur Rogério de Jesus Santos;
6. Carlos Manuel Carvalheira Barbeiro;
7. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
8. Céline Moreira Gaspar;
9. Cláudia Alexandra Machado Santos da Silva;
10. Daniela Alexandra Lopes de Sousa;
11. Eulália Rodrigues Crespo Duarte;
12. Fábio Alexandre Seguro Joaquim;
13. Faustino Ferreira Coelho Guerra;
14. Fernando Paulo Mateus Elias;
15. Gastão Manuel de Oliveira Neves;
16. Helena Cristina da Fonseca Brites;
17. Joana Brito Cartaxo;
18. Joana Marisa Pedrosa Vieira Correia;
19. Jorge Manuel Vieira Crespo;
20. José António Sousa e Silva;
21. José Artur das Neves Ferreira;
22. José Carlos Matias Filipe;
23. José da Silva Alves;
24. José Manuel da Cunha;
25. José Pereira dos Santos;
26. Laura Maria Santos de Sousa Esperança;
27. Manuel António Azenha dos Santos Pereira;



Município de Leiria
Assembleia Municipal

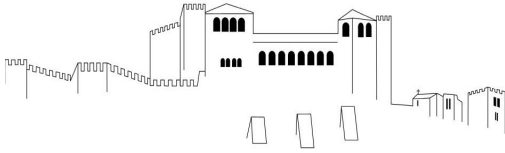
28. Margarida Maria Castelão de Sousa Dias;
29. Mário Rodrigues;
30. Mário de Sousa Gomes;
31. Micael de Silva e Sousa;
32. Paula Luísa Bacharel Santos Gil;
33. Paulo Alexandre Jesus Clemente;
34. Pedro Manuel Carreira Pedrosa;
35. Pedro Ricardo Soares Pimenta;
36. Renato José dos Santos Cruz;
37. Ricardo de Jesus Gomes;
38. Rosa Maria de Sousa Brilhante Pedrosa;
39. Rui Alexandre Pereira Lebreiro;
40. Rui Manuel Passadouro da Fonseca;
41. Tânia Andreia Cardoso Rodrigues;
42. Telma Carreira Curado;
43. Teófilo Agostinho Martins Araújo dos Santos;
44. Ventura José Rolo Tomaz;
45. Vítor Manuel Casimiro Matos;
46. Vítor Manuel da Silva Santos.

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Ana Catarina de Moura Louro;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Ana Maria Fernandes Esperança;
- Anabela Fernandes Graça;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;
- Rita Alves da Costa Azevedo Coutinho;
- Álvaro Madureira;
- Ana Silveira;
- Fernando José da Costa.

Os seguintes deputados municipais **solicitaram a sua substituição**:

- Carlos António Cordeiro da Conceição, substituído por Domingos Carvalho;
- Paulo Pedrosa Pedro, substituído por Valentim Teodósio Ferreira;
- Joaquim Carreira Mónico, substituído por Agostinho Pereira Rodrigues Gameiro (Secretário JF)



Município de Leiria
Assembleia Municipal

O senhor deputado João Manuel Faria Fernandes da Cunha solicitou a sua substituição dentro do prazo legal, no entanto, os dois deputados contactados pela Assembleia Municipal para eventualmente o substituir não se encontravam disponíveis.

O senhor deputado Vítor Pereira dos Reis faltou.

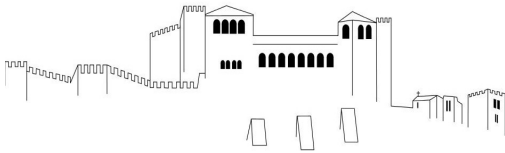
A sessão foi presidida pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, tendo sido secretariada por **José da Silva Alves, 1.º secretário da Mesa**, e **Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, 2.ª secretária da Mesa**.

Havendo "quórum", foi pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal** declarada aberta a sessão, eram **21h00** horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

Ponto único – "Leiria 2030 – Documento de Reflexão Estratégica" – Apresentação e discussão;

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, a todos cumprimentou e deu início à sessão, começando a senhora **1.ª secretária, Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra**, por efetuar a chamada de modo a verificar-se se já existia quórum para se poderem iniciar os trabalhos. Confirmada a existência de quórum o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira** deu início à sessão explicando que a mesma possui como único ponto da ordem de trabalhos o ponto "Leiria 2030 - Documento de Reflexão Estratégica", da autoria do professor Carlos André, a quem aproveitou para agradecer penhoradamente a disponibilidade para vir apresentar o documento de que é autor. Referiu parecer-lhe desnecessário tecer longas considerações acerca do currículo e da pertinência da sua escolha para elaborar um documento com estas características limitando-se a referir que Carlos André é natural do concelho de Leiria, possui qualidades literárias inquestionáveis, tendo sido professor catedrático da Faculdade de Letras, a mais antiga universidade portuguesa – a Universidade de Coimbra, e tem também uma sólida experiência política pois foi governador civil do distrito, foi deputado municipal nos municípios de Ourém e Leiria e foi um dos seus antecessores como Presidente da Assembleia Municipal de Leiria. Afirmou que não seria fácil ter escolhido alguém com perfil mais adequado para produzir um trabalho como este que vai hoje aqui ser apresentado e discutido.

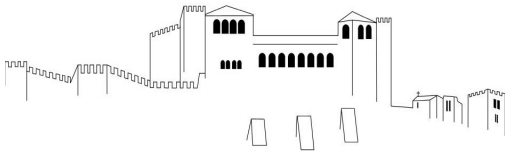
De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira** passou a informar as faltas e os pedidos de substituição da sessão tendo esclarecido que o senhor deputado João Cunha solicitou a sua substituição no dia 16, cerca das 22 horas, tendo sido enviado um email a convocar a deputada Maria Paula Faria no dia 17, cerca das 10 da manhã. A senhora deputada respondeu hoje, cerca das



Município de Leiria Assembleia Municipal

14 horas, dizendo que não estava disponível para participar na sessão. Foi enviado e-mail a convocar o deputado Fábio Bernardino hoje mesmo por volta das 14h30 a que o mesmo terá respondido cerca das 16 horas a dizer que não estaria disponível para participar na sessão porque foi pai anteontem. Referiu ter-se perdido efetivamente um deputado porque não estará ninguém a substituir o deputado João Cunha, por mais esforços que o gabinete de apoio à Assembleia Municipal tenha feito, mas temos a boa notícia de que, tal como tivemos há uns tempos a referência de uma deputada que tinha sido mãe, hoje temos um deputado, embora suplente, que foi pai. Disse que na altura apresentar-lhe-á as congratulações e os parabéns desta Assembleia.

Continuando a sua intervenção o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira** disse que todos os membros da Assembleia tiveram acesso eletrónico ao texto deste documento e a todos os deputados efetivos foi disponibilizado um exemplar em papel. Afirmou que sendo esta uma sessão extraordinária só com um único ponto, com um convidado e para cumprimento do regimento foi efetuada uma reunião da comissão de líderes, isto porque por um lado foi necessário aprovar a presença de alguém que não pertence à Assembleia, tendo a comissão de líderes essa capacidade, e também para se acertar o alinhamento da sessão que para além de ser uma sessão extraordinária possui características muito especiais. Comunicou que foi acertado um alinhamento do qual os senhores líderes são conhecedores e terão dado conhecimento aos seus deputados. Relembrou que em primeiro lugar será efetuada uma primeira apresentação do documento pelo seu autor, Professor Carlos André, seguindo-se de uma primeira intervenção do senhor Presidente da Câmara. A seguir são efetuadas intervenções dos deputados e Presidentes de Junta por ordem de inscrição. Se eventualmente houver perguntas e/ou esclarecimentos de natureza interpretativa do texto o seu autor terá o seu tempo para desfazer essas dúvidas. De seguida existirá uma segunda intervenção do Presidente da Câmara e depois será efetuado o encerramento desta sessão. Referiu que a apresentação do documento pelo seu autor não deverá exceder os 30 minutos e a eventual intervenção que venha a fazer no caso de existirem as tais dúvidas não ultrapassará os 10 minutos. Esclareceu que o senhor Professor Carlos André poderá, no entanto, a exemplo do que vamos dizer para o senhor Presidente da Câmara, utilizar estes 40 minutos e geri-los da maneira que achar melhor. O senhor Presidente da Câmara nas suas duas intervenções não excederá os 35 minutos e pareceu-lhes também razoável não estar a compartimentar o tempo e ser ele a gerir o seu tempo da maneira que achar melhor. Relativamente à existência de múltiplas inscrições por parte dos deputados, a Mesa procurará seguir a ordem dos pedidos, mas intercalando, como é habitual, conforme os grupos políticos dos oradores, sendo este escalonamento previsto pelo próprio Regimento. No entanto, referiu considerar-se



Município de Leiria Assembleia Municipal

pertinente que se comece por uma primeira intervenção de cada partido, por ordem decrescente de representatividade, seguindo-se então depois a ordem de inscrição com as interpelações regimentais. Serão efetuadas tantas voltas quantas as necessárias até se esgotar o tempo atribuído a cada partido ou então quando não houver mais inscrições. Fez saber que o tempo atribuído a cada grupo político em minutos será o seguinte: PS - 35 minutos, PSD/MPT - 27 minutos, CDS-PP - 17 minutos, Bloco de Esquerda - 15 minutos, PAN - 15 minutos e o PCP - 15 minutos. Uma vez mais informou que haverá inscrições como habitualmente e tentar-se-á escalonar as mesmas de maneira dentro do possível, algo que muitas vezes não é possível dada a discrepância entre o número de membros da Assembleia, mas, sempre que possível, de maneira a alternar intervenientes de partidos diferentes. Alertou para o fato de na primeira intervenção ser uma intervenção de cada um dos partidos, começando pelo PS e terminando no PCP, podendo utilizar o tempo que quiserem sabendo, no entanto, que este tempo está a ser debitado no tempo geral que lhes foi atribuído.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira** aproveitou ainda para comunicar que a sessão ordinária de apreciação do relatório das contas que estava marcada para o dia 9 de abril realizar-se-á apenas a 30 de abril.

Uma vez mais pediu aos senhores deputados que pretendam intervir o favor de falarem o mais perto possível do microfone pois continuam a existir grandes dificuldades na audição das suas intervenções aquando da elaboração da ata.

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira** convidou o senhor Professor Carlos André a iniciar a apresentação do seu documento.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

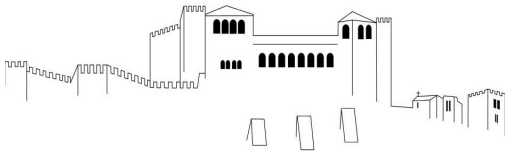
Ponto único – “Leiria 2030 – Documento de Reflexão Estratégica” – Apresentação e discussão;

Intervenção do senhor Professor Doutor Carlos André

Iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes.

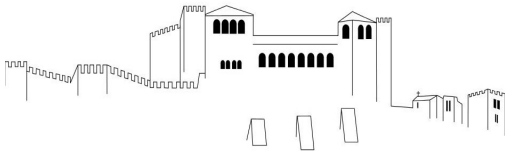
Referiu ser com grande prazer que volta a esta Assembleia, agora na condição de convidado e pelo motivo que nela participa. Disse ter sido uma honra ter recebido este convite e afirmou, na sequência do que o Presidente da Assembleia acabou de lhe dizer, tentar reduzir o tempo de apresentação de modo a ficar mais tempo disponível para responder a questões que possam surgir.

Começou por referir o tempo de elaboração do documento que, na sua opinião, foi longo e desde logo tomou tempo em todos os aspetos que levaram a esta situação final. Disse



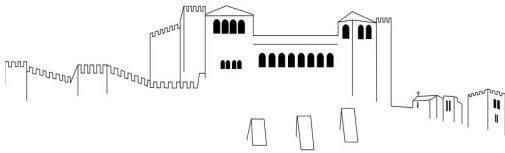
Município de Leiria Assembleia Municipal

terem sido ouvidas cerca de 100 pessoas, das mais variadas formas, pessoas com e sem funções institucionais. Fez saber que talvez 50% fossem pessoas que elas próprias se consideravam as “improváveis”, ou seja, pessoas que não estavam nunca à espera de ser ouvidas e que normalmente não são ouvidas em circunstâncias desta natureza. Disse que essas pessoas foram convidadas tendo algumas recusado serem ouvidas, ou porque não quiseram, ou porque não estavam disponíveis. Afirmou terem sido convidados todos os Vereadores, todos os Presidentes, todos os ex-Presidentes de Câmara, os ex-Presidentes da Assembleia, os dirigentes de cada bancada nesta Assembleia, deputados, alguns deputados também, e outras pessoas ligadas a partidos políticos, independentemente de terem ou não terem funções neste momento. Confirmou que a larguíssima maioria das pessoas aceitou participar na elaboração do documento, ou seja, a conversar consigo a esse respeito. Referiu que depois houve quatro debates, sublinhando que nenhum deles foi “pilotado” por si ou por alguém da Câmara Municipal, ou seja, a sua organização ficou a cargo respetivamente dos jornais “Região de Leiria” e “Jornal de Leiria”, do Nerlei e do Instituto Politécnico de Leiria tentando-se que o trabalho fosse elaborado de uma forma razoavelmente distanciada do poder. Além disso, a todo o tempo, esse percurso foi escrutinado por um grupo de acompanhamento com uma composição muito plural do ponto de vista da idade, da formação, da ideologia e da profissão composto por nomes razoavelmente conhecidos, nomeadamente, pelo Doutor Álvaro Laborinho Lúcio, pela Professora Catarina Selada, pelo Professor Joaquim Paulo da Conceição, pela Doutora Maria Francisca Gama e pela Doutora Maria Miguel Ferreira. Sublinhou que este trabalho nasceu em fevereiro de 2020, o que significa que no momento em que o convite é feito e aceite estava-se longe de imaginar o que vinha aí e o que veio aí foi a pandemia com todas as consequências que todos conhecemos, uma profunda crise social que nos obrigou a estar permanentemente a repensar o percurso que estava a ser realizado e a ter consciência de que tudo o que se anunciava, o que se previa e o que se projetava era sempre além porque era muito complicado projetar na sequência de uma viagem desta natureza que ainda hoje, um ano depois, se continua a não saber como é que vai terminar. Continuou a sua intervenção referindo que o resultado físico traduz-se num volume de quase 200 páginas, sublinhando isso porque a síntese que possa fazer ou o que possa ser lido na síntese final é sempre pouco em relação ao volume do trabalho realizado e transposto para o papel. Explicou que o documento é repartido por 12 capítulos, com uma síntese final que se traduz em 53 propostas divididas por mais de 100 iniciativas, sublinhando ser algo muito difícil de contabilizar (as iniciativas que se enquadram nessas 53 propostas). Explicou que este trabalho possui 12 capítulos que se traduzem em 11 eixos concretos de atuação e tem sempre no seu horizonte um conjunto de reflexões alinhadas do ponto de vista nacional com vários instrumentos de trabalho



Município de Leiria Assembleia Municipal

para um documento desta natureza, nomeadamente, o Plano Nacional de investimentos 2030, a visão estratégica que foi apresentada pelo professor Costa Silva; os planos regionais, nomeadamente da CCDRC e aquele que foi elaborado oportunamente pelo Gabinete Económico e Social de Leiria, que foi constituído no âmbito da CIMT; e documentos municipais dos quais destacou sobretudo o PDM e o REOT e muitos outros documentos estratégicos elaborados pela autarquia desde a década de 90, ou seja, pela autarquia sob diversas lideranças. Referiu que tudo isto está alinhado com as tendências e com os grandes objetivos do mundo atual que tem a ver com a eficiência energética, o ambiente, o digital, a neutralidade carbónica, a economia circular etc. Afirmou que depois do documento se deter na cidade e na região de Leiria pretendia apenas sublinhar três aspetos que lhe parecem ser fundamentais. Primeiro: o conceito que é incontornável de que municípios confinantes não são concorrentes e têm de ser cooperantes. Na sua opinião considera ser um pressuposto da elaboração deste documento; segundo: disse não ser possível projetar Leiria sem ter em conta o território de que faz parte, ou seja, a complementaridade de todos estes territórios; terceiro: afirmou existir aqui um pressuposto, um princípio assumido de que Leiria tem que saber afirmar-se como âncora do território e líder agregador de todo esse território, conceito que subjaz a todo o documento e que parte do pressuposto que Leiria como município sozinho não conseguirá nunca cumprir verdadeiramente a sua missão. Referiu que temos de nos assumir como região e essa região tem que ser ancorada em Leiria. De seguida passou ao 1º eixo estratégico que é o urbanismo e o ordenamento do território. Disse que as grandes questões mencionadas neste ponto têm que ver com: 1º, é preciso alterar o paradigma que dominou Leiria durante décadas, ou seja, o que predomina em Leiria seriam os interesses privados algo que considera ser legítimo, mas a verdade é que o poder e o interesse público têm sempre de antecipar-se aos privados na ação sobre o território e nesse sentido, os grandes objetivos são: 1 - transitar progressivamente para uma cidade verde e energeticamente sustentável, 2 - em diálogo com os dirigentes empresariais, nomeadamente no âmbito comercial, aponta-se para um centro comercial a céu aberto que vai da avenida Heróis de Angola até à praça Rodrigues Lobo para fazer retornar a vida ao centro de Leiria cuja vitalidade tem andado progressivamente afastada por força de circunstâncias que toda a gente conhece. Do ponto de vista habitacional, uma nova vida para a zona histórica que passe por estudar caso a caso este processo, que está em curso na Câmara Municipal, estudar caso a caso todos os prédios devolutos e investir, através de financiamentos que existem disponíveis com fundos comunitários, na aquisição de imóveis na zona histórica não necessariamente para estudantes ou para gente com poucos rendimentos. Disse que a filosofia que se propõe aqui é diferente e serviria para criar uma bolsa de alojamento destinada a quadros para se poder atrair os jovens



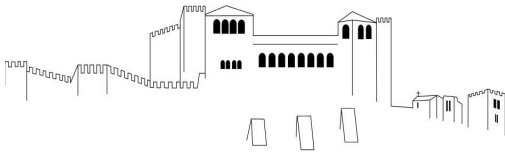
Município de Leiria Assembleia Municipal

quadros para vir viver para Leiria. Continuou dizendo que uma preocupação do ponto de vista do urbanismo tem a ver com as forças de segurança. Na sua opinião as forças de segurança em Leiria estão mal localizadas, estão sitiadas qualquer uma delas, tanto a PSP fechada lá em cima com apenas uma entrada de acesso, como a GNR no Convento de Santo de Santo Estêvão, propondo-se a deslocalização da PSP para aquele conjunto de edifícios onde esteve instalado o Isla e a Universidade Católica, em São Romão. Reconheceu que fica longe do centro da cidade propondo-se, em compensação, a instalação de uma esquadra de proximidade no interior da cidade, ou seja, o Comando Distrital, com todos os recursos que deve possuir, estaria em São Romão e haveria uma esquadra de proximidade do interior da cidade. No caso da GNR, referiu que o projeto já é antigo e consiste em deslocalizar os serviços para os terrenos onde funcionou em tempos a então Junta Autónoma de Estradas.

Afirmou que um outro território que precisa de ser olhado com atenção é o dos terrenos da Prisão Escola, terrenos esses que possuem cerca de 90 hectares e que vão dar origem a um grande projeto urbanístico com uma área verde, uma ligação entre os dois campus do Instituto Politécnico de Leiria, ou seja, poderá existir ali um espaço de ligação e ao mesmo tempo um projeto urbanístico, o que permitirá aumentar através disso a área verde da cidade. Ainda nesse domínio aponta-se para uma ligação clara da cidade à sua periferia referindo o exemplo do Jardim da Almoíña que, na sua opinião, é um bom exemplo daquilo que deve ser feito. Referiu que a maior parte das pessoas com quem teve oportunidade de conversar, muitas delas ligadas à arquitetura, disseram que um dos problemas de Leiria são as barreiras, Leiria é uma cidade cercada de barreiras, barreiras essas que têm de ser desfeitas de várias formas e uma delas será essa.

Outra situação que mencionou, do ponto de vista do ordenamento, tem que ver com a dicotomia entre o urbano e o rural. Afirmou existir muito esta divisão entre a cidade e as freguesias. Disse que devemos caminhar cada vez mais no sentido de combater esta dicotomia, o concelho é um concelho não dois concelhos. Referiu que para isso existem instrumentos financeiros disponíveis através de fundos comunitários, destacando o fundo ARU (Áreas de Reabilitação Urbana) que devem passar a ser utilizados progressivamente, freguesia a freguesia, começando por aquelas que têm já um microcentro urbano mais desenvolvido e assim progressivamente ir atingindo o município inteiro.

Continuou a sua intervenção referindo que um capítulo a que se dá profunda atenção é o do ambiente, capítulo esse que está claramente considerado como um dos grandes objetivos nacionais e agora, aliás, também muito considerado no plano de recuperação e resiliência. Mencionou que um dos aspetos que é ali apontado é o da necessidade de fazer da Mata dos Marrazes o grande parque e pulmão da cidade. Sublinhou que esse aspeto pode claramente aproveitar os fundos do tal PRR (Plano de Recuperação e Resiliência)



Município de Leiria Assembleia Municipal

porque se trata de uma das linhas primordiais desse plano. Outro parque grande que é proposto e que considera ser uma novidade, a Mata dos Marrazes não será, é o parque da confluência, algo a que chamará o ponto de encontro, ponto de junção dos rios Lis e Lena. Referiu ser um local que está profundamente degradado e que há muitos anos atrás, na sua infância, era um sítio razoavelmente nobre, um lugar de passeio e poderá ter em Leiria um efeito semelhante àquilo que os jardins da Gulbenkian têm em Lisboa. Um espaço de respirar, de lazer, de encontro para usar a palavra que utilizou e, se for possível, se houver capacidade de engenharia e de arquitetura, apesar de saber estar-se a falar de leito de cheia, poder-se ali construir um grande edifício moderno e atrativo em termos internacionais virado para a sustentabilidade. Voltou a frisar que existe um “se” porque se está a falar de uma zona de leito de cheia.

Um terceiro aspeto tem a ver com a necessidade de devolver o Lis à cidade. Na sua opinião o Polis já fez muito nesse sentido, mas poder-se-á ir mais longe com outras iniciativas para aproveitar não apenas as margens, mas o próprio rio. Mencionou ainda uma outra ideia que não sendo totalmente nova possui aspetos novos e que tem a ver com o Paúl do Ulmar, ou seja, fazer um Polis integral da nascente até à foz do Lis. Chamou a atenção para o fato de quase 75% da população do concelho de Leiria confinar com o rio Lis, direta ou indiretamente. Disse não se estar a falar de 75% das freguesias, mas sim de 75% da população, ou seja, o vale do Lis e toda a zona adjacente tem a ver com a quase totalidade do concelho de Leiria. Referiu que o que está aqui em causa é reativar o plano Polis, mas no sentido integral, desde a nascente até à foz do Lis. Concretizar não apenas a ciclovia para bicicletas, mas também para peões, existirem espaços onde possam até circular automóveis em determinadas circunstâncias e a partir daí fazer ligações capilares para as aldeias que estão ao longo de todo o percurso do rio, nomeadamente Amor, Monte Real, etc. Ao longo de todo este percurso recuperar uma coisa que o Lis já teve há algumas décadas atrás que eram postos de venda, portanto, neste caso quiosques modernizados de venda de produtos locais e até restaurantes, bares e dar vida a todo o vale do Lis onde simultaneamente se poderá fazer uma espécie de centro de interpretação nas salinas da Junqueira, que são na União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira e criar aqui um polo identitário de todo o concelho de Leiria que é agrícola, mas não só. De seguida falou sobre outras iniciativas do ponto de vista ambiental em que uma é ligada à eficiência energética que tem em conta a necessidade de existirem painéis de captação de energia nos edifícios públicos, digitalizar a rede de iluminação pública, monitorizar a rede de água em alta e em baixa, tendo sublinhado que o regulador diz que a água de Leiria é de boa qualidade, mas Leiria é um município que tem um alto índice de desperdício de água o que faz com que se tenha de monitorizar o consumo e os desperdícios e não propriamente a qualidade da água. Referiu que apostar

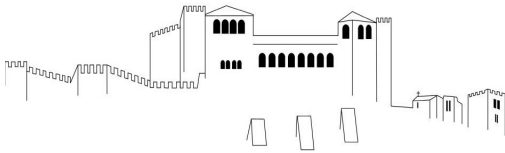


Município de Leiria Assembleia Municipal

durante a próxima década na rede separativa é um problema que existe em Leiria, promover a fruição do património natural, espaços verdes e ecossistemas que existem, lembrando o vale do Lapedo, o penedo do Pedrógão, a mata da Curvachia e a lagoa da Ervedeira, havendo mais seguramente que nós dizemos que já os respeitamos, mas não têm a dimensão, não têm o peso, não são atrativos a um ponto que se justifique que o fossem tendo em conta a beleza natural e o valor ecológico que representam. Mencionou também a aposta fortíssima na Praia do Pedrógão que é a praia de Leiria e que deveria ser um destino de lazer, mas, ao mesmo tempo, um destino etnográfico com um maior aproveitamento da lagoa da Ervedeira. Disse estar a ser aproveitada existindo iniciativas do ponto de vista da comunidade no sentido de fazer o aproveitamento do seu valor ambiental considerando por isso dever ser objeto de uma atenção por parte das instituições.

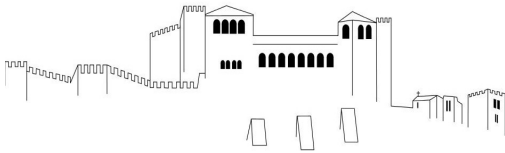
No que diz respeito à questão das suiniculturas esclareceu que toda a reflexão feita possui dois pressupostos. O primeiro é que a atividade empresarial é legítima, mas o direito a essa atividade empresarial não pode em circunstância alguma sobrepor-se ao direito à qualidade de vida dos habitantes do concelho. O segundo pressuposto é que a estratégia nacional para os efluentes agropecuários e agroindustriais sabe a pouco. Disse ter sido convidado a estar presente na sua apresentação e confessou ter sentido isso mesmo. Apesar de tudo é o que temos e, portanto, as medidas que se sugerem no documento desde logo são para colaborar nessa estratégia definida pela ENEAPAI, de monitorização, fiscalização e aplicação das soluções porque, na sua opinião, será sempre melhor do que ficarmos na situação em que estamos. Relativamente ao reclamar com insistência e com força junto do Governo sobre a construção da ETES disse que todas as pessoas com quem falou não aceitam que se recue nesse percurso. No que diz respeito ao terceiro pressuposto afirmou que quem prevarica tem de ser punido devendo existir um investimento muito claro na vigilância, no policiamento e na aplicação de medidas de punição que têm de ser intransigentes em relação aos prevaricadores.

Continuou a sua intervenção referindo que a mobilidade é outro domínio que tem de merecer a nossa atenção no futuro. O paradigma tem que ser um paradigma de emissões zero. Referiu que quando olharam para este tema, pois nunca trabalhou verdadeiramente sozinho, decidiram dividi-lo em quatro aspetos: a cidade, o concelho, a região e a mobilidade externa. Quanto à cidade entendem que é preciso criar verdadeiramente o conceito novo e investir na área das infraestruturas. Isso significa mais e melhores passeios e mais confortáveis não apenas ao andar, mas também confortáveis à vista. Temos que ter mais verde na cidade de Leiria, temos que ter ciclovias, temos que avançar no sentido de Leiria ser uma cidade para andar a pé e para isso é preciso aumentar o estacionamento periférico e fazer maiores ligações com os transportes para o



Município de Leiria Assembleia Municipal

centro da cidade. Referiu uma solução interessante e inteligente que se pratica em muitas cidades fora de Portugal e que são os silos de estacionamento. Afirmou que uma arquiteta disse-lhe, e com razão, que um silo de estacionamento não é necessariamente uma obra feia. Pode haver um investimento nesta área e serem obras esteticamente interessantes e rentáveis, ou seja, a sua construção tem atrás dela o princípio da rentabilidade financeira. Continuou dizendo que ao mesmo tempo é preciso fazer um anel verde em volta da cidade e ter uma atenção enorme aos transportes urbanos e a todos aqueles que fazem movimento entre a cidade e a periferia. Disse que a estação rodoviária está mal no sítio onde está não havendo condições na próxima década para a tirar de lá sendo por isso necessário fazer obras de reabilitação que já há 20 anos atrás se defendiam e nunca foram concretizadas. Continuou dizendo ser preciso requalificar o espaço das traseiras da rodoviária, espaço que toda a gente reconhece ser uma coisa estranha havendo até algum receio em por ali circular. Referiu ser ali o coração da cidade existindo um movimento de transportes públicos, nomeadamente de expressos, que tem muito impacto, especialmente negativo. O documento defende a deslocação para fora da central da rodoviária do terminal de expressos, sendo uma hipótese a zona do estádio. Afirmou existir uma questão importante que tem que ver com os transportes urbanos municipais que estão a ser feitos por empresas exteriores ao município. Disse que quer o documento quer ele próprio não tinham condições para fazer um estudo sério, independente e completo sobre os transportes urbanos municipais, mas sugere-se que seja encomendado um estudo dessa natureza para avaliar da viabilidade de criação de transportes urbanos municipais em Leiria. Chamou a atenção para o fato do plano de recuperação e resiliência contemplar financiamentos para soluções desta natureza. Disse que se se chegar aí chegar-se-á a uma nova mobilidade para o concelho que crie um movimento pendular interessante entre Leiria e as freguesias e que se alargue aos próprios transportes escolares. Na sua opinião à escala da região deve-se ir mais longe e se já pensava isto nesta altura (o documento foi feito antes de ser apresentado o plano de recuperação e resiliência) depois de ler o plano de recuperação e resiliência mais se convenceu de algo que aí é defendido que é um vaivém sofisticado e inovador para fazer a ligação entre os concelhos. Numa 1ª fase falamos da Marinha Grande e logo a seguir da Batalha, mas pode ir progressivamente alargando. Defendeu que em circunstância alguma pode haver uma solução que passe por transportes coletivos que utilizem as mesmas vias que nós utilizamos nos nossos automóveis. Disse que um transporte coletivo que utilize as mesmas vias é destinado ao fracasso, é destinado a não ter público porque se se tiver de circular no mesmo sítio, se for em transporte coletivo ou no seu carro provavelmente muitas pessoas decidem circular no seu próprio veículo. Referiu que a solução mais



Município de Leiria Assembleia Municipal

ambiciosa é a primeira, aquela que é apontada como a que seria desejável por este documento.

Quanto a fora da região e no que diz respeito à ferrovia afirmou que o que foi anunciado está bem tanto quanto à linha do Oeste, como quanto à linha do Norte. É de opinião que o que o executivo da Câmara Municipal deve fazer é reivindicar a concretização daquilo que foi anunciado pelo Governo, foi anunciado por todos os estudos que têm sido feitos em relação à linha do Oeste e ao tal desvio da linha do Norte em direção ao Litoral. Defendeu que se isto acontecer, e deve acontecer, a autarquia deve pensar rapidamente em criar condições de estacionamento na estação de Leiria e numa ligação muito regular através de uma rede de transportes à cidade. Referiu não fazer sentido nenhum ter uma estação que não é servida por transportes públicos com um ritmo adequado.

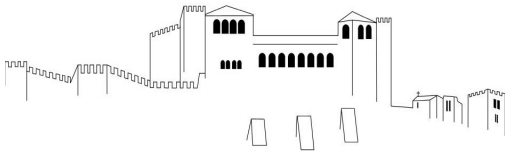
Quanto ao aeroporto entende que o documento é muito claro e não faz sentido continuar esta narrativa devendo concretizar-se aquilo que já foi mais do que discutido que é abrir a base aérea de Monte Real à aviação civil.

No que diz respeito à área social e à saúde, o papel da autarquia deve ser desde logo promover ações e parcerias, trazer o empresário para as causas sociais, promover o diálogo efetivo entre os atores do social, apontando-se aqui para necessidade de um Polis mais inclusivo. Afirmou que o Polis é bom e é elogiado em todos os pontos deste documento.

Referiu existir aqui uma ideia nova, que não é apenas sua nem de quem consigo trabalhou neste documento, que é o pacto intergeracional. Afirmou que quando o cardeal Tolentino Mendonça fez o seu discurso no 10 de junho, apontou para a necessidade para Portugal de um pacto deste género. Na sua opinião é essa solução que passa por Leiria e leva a encarar a 3ª idade de uma forma diferente, não é tomar-se conta dos mais velhos, mas sim aproveitar a sua atividade pelos mais novos e promover o convívio entre gerações tornando Leiria uma cidade intergeracional.

Relativamente à saúde, disse estarmos em tempo de pandemia e de arranjar soluções para a saúde, além de algumas excelentes soluções que são apontados no documento, que foram já refletidas e que estão plasmadas no documento apresentado pelo gabinete económico e social constituído no âmbito da CIMT, sugere-se uma maior articulação entre o hospital, a rede de centros de saúde e o Politécnico de Leiria. A necessidade de rever a rede de centros de saúde, reconfigurá-la e depois dar continuidade a uma das medidas do plano de ação desse gabinete económico e social que tem a ver com a constituição em Leiria do laboratório avançado de diagnóstico e vigilância epidemiológica.

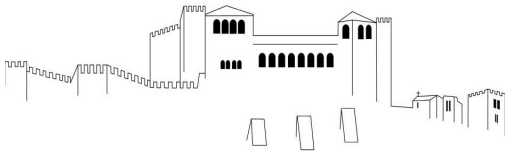
Continuou a sua intervenção dizendo que no campo da economia existem algumas ideias novas. De facto, a dinâmica empresarial é uma marca identitária de Leiria apontando-se neste documento desde logo como grandes metas que Leiria seja capital da inovação e do



Município de Leiria Assembleia Municipal

empreendedorismo no final da década, que se aumente a cooperação entre escolas, empresas, associações e incubadoras, sempre com a inovação por pano de fundo, que se trabalhe no sentido da descarbonização da transição digital e da economia e que se constitua o polo tecnológico, estando este já previsto para o topo norte do estádio. Mencionou a existência de duas grandes medidas neste documento no que diz respeito à economia. Uma delas tem que ver com os parques empresariais. A filosofia dos parques empresariais terá algum sentido pois desde logo incluem spin off's, start up's, empresas e também investigação e desenvolvimento. A outra medida tem a ver com o fato dos parques empresariais deverem incluir uma cooperação estreita entre a autarquia, o Politécnico e a Nerlei no âmbito de parques de ciência e tecnologia. Realçou que a grande ideia nova que existe aqui é que o parque empresarial prioritário para que aponta o documento é um parque industrial comum a Leiria e Marinha Grande, dois municípios que são um exemplo de dinâmica industrial e inovação, em múltiplos setores que têm características ímpares de competitividade. Disse possuírem todas as condições numa atitude estratégica concertada entre a Câmara de Leiria e a Câmara da Marinha Grande para criar um parque que seria verdadeiramente modelar em termos nacionais, existindo fundos também no Plano de Recuperação e Resiliência para esse objetivo. Referiu que o parque industrial de Monte Redondo é apontado no documento como uma medida importantíssima. Pode ser um parque inovador pois permite ser configurado em obediência a regras de planeamento estratégico, de transição digital, de economia circular encontrando-se muito bem localizado, perto da A17 e da A8, não está longe da A1 e está perto da linha do Oeste, e possui inclusive dimensão para um parque habitacional destinado a quadros o que permitiria, por exemplo, desenvolver do ponto de vista social toda aquela região. Referiu ser de facto uma grande medida que é apontada como uma medida estratégica. Mencionou a Zicofa e esclareceu que esta zona industrial existe e há coisas que já não se pode voltar atrás porque o parque empresarial não é um loteamento, não é um sítio para fazer lotes para as empresas em que cada uma compra o que lhe parece bem e depois faz daquilo o que quer. Defendeu que tudo tem que ser desenhado dentro de um plano estratégico. A Zicofa pode, apesar de tudo, ser requalificada em obediência a estes princípios de ordenamento do parque empresarial.

Outra grande medida que é nova é a criação de uma agência leiriense do investimento. Explicou que seria uma estrutura de apoio ao empreendedor e da marca de Leiria, uma estrutura ágil que não dependeria integralmente da Câmara, porque não pode estar condicionada às lógicas da administração pública, tem de ser muito mais ágil, sendo por isso necessário encontrar uma solução do ponto de vista organizacional que permita resolver esse problema de agilidade e que teria o objetivo de promover a marca Leiria, de captar investimento estrangeiro, encontrar regiões potencialmente parceiras para Leiria,

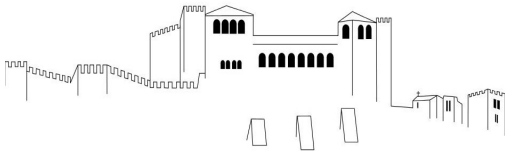


Município de Leiria Assembleia Municipal

facilitar ou mediar o contato entre o empreendedor e a administração pública, género balcão expresso do empreendedor que podia ter eventualmente gestores de conta de cada empreendedor. Afirmou que isto não é nenhuma novidade e que não há aqui nenhuma invenção. Apresentou o exemplo de Manchester, que fez uma coisa deste género chamada MIDAS e funciona lindamente, e de Helsínquia. Na sua opinião seria de fazer em Leiria algo pioneiro, que não existe em Portugal, de modo a colocar os poderes públicos em Leiria ao lado daquilo que é uma marca identitária do concelho.

Do ponto de vista da inovação a atenção do documento centra-se no Politécnico de Leiria. Referiu que é preciso ter em conta que Leiria é uma cidade totalmente diferente desde que existe o Politécnico existindo uma cidade antes e depois da sua criação. Continuou dizendo que o Politécnico de Leiria desenvolveu-se de uma forma tal que hoje faz inveja a algumas universidades. Possui centros de investigação de excelência, assim avaliados por instituições internacionais. Considera que devíamos e/ou devemos estar muito orgulhosos da instituição que temos em Leiria. Considera que o grande objetivo é trabalhar no sentido de sermos um pólo de inovação em termos nacionais, apostar todas as nossas energias e liderarmos o movimento público em toda a região no sentido de reivindicar que o Instituto Politécnico de Leiria passe a ser Universidade de Leiria. Disse não ser apenas uma questão de nome e para muita gente que o conhece deve reconhecer que se está a referir a uma perspetiva nova mesmo em relação a si. Confessou não estar a retratar-se a si próprio, porque já mudou de opinião há muito tempo e tornou isso público no tempo certo.

Relativamente ao digital, que é a sociedade do futuro, é de opinião que se deveria apostar no sentido de se estar na vanguarda da transição digital o que significa alargar a fibra ótica, formar quadros, ter em atenção mais uma vez a inclusão, formar a parte idosa da população para não haver segregações neste domínio, apostar na literacia digital no sistema educativo num prazo de 5 anos (o plano do gabinete económico e social da região de Leiria aponta nesse sentido), desenvolver uma plataforma municipal de comércio eletrónico aproveitando a experiência de Leiria Market do último Natal. No caso da administração pública autárquica disse existirem medidas claras que neste domínio têm que ser concretizadas. A modernização dos sistemas através da digitalização dos serviços, a introdução de meios de pagamento digitais, o desmaterializar total do funcionamento do município, processo do qual tem conhecimento pois esteve ligado à desmaterialização do funcionamento de uma faculdade quando foi seu diretor, e promover várias aplicações para a gestão da cidade citando, a título de exemplo, o controlo de tráfego, a gestão dos parques de estacionamento, o acesso a equipamentos culturais, a desmaterialização na emissão de documentos municipais e sucessivamente.

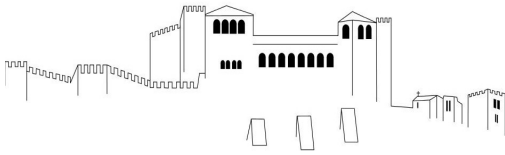


Município de Leiria Assembleia Municipal

Referiu haver muito que se pode fazer com aplicações informáticas e que facilitam a vida do cidadão.

No que diz respeito à cultura disse que um grande objetivo claro é fazer de Leiria a Capital Europeia da Cultura algo para o qual considera ser necessário estarem todos congregados e depois ter-se consciência dos ativos, e são muitos, que Leiria tem. Exemplificou alguns desses ativos, nomeadamente, a dança, música, os museus, que considera serem de grande qualidade, o potencial de património que é muito forte, a casa-museu João Soares, a arte sacra, o Vale do Lapedo, alguns locais de importância histórica, como Monte Real e as Cortes, por exemplo, o teatro, o património cultural e imaterial, que é o caso da olaria da Bajouca e da arte xávega da praia do Pedrógão, por exemplo, o fato de termos sido cidade criativa da música da UNESCO em 2019, tudo isso são os nossos ativos. Questionou sobre o que é que falta tendo enumerado várias coisas, no entanto o que este documento menciona é a criação de condições para articular tudo isto. Referiu existirem muitas iniciativas, coisas muito boas, mas não estão bem articuladas. Considera que nos eventos, nas iniciativas, nos espaços, nos museus tem que haver mais articulação. Disse que não precisamos de vários museus individualizados, mas sim do museu de Leiria que é multipolar e tudo isso pertenceria a esse museu. Defendeu que temos que ter capacidade para articular este conjunto todo, temos que ter estas iniciativas, mas pôr os atores a conversar, temos que ter um acontecimento anual que seja capaz de estar no calendário, no calendário anual do ponto de vista cultural. Considera que o que se está a viver nestes dias em Leiria com a "Ronda Poética" é uma coisa fantástica. Referiu ter tido oportunidade de estar presente online em muitas das sessões e, de facto, é de enorme qualidade e como ela há muitas outras em Leiria ao longo do ano. Na sua opinião é preciso criar uma articulação coerente de todas elas.

De seguida abordou o tema "Castelo", monumento que é a identidade de Leiria. Mencionou que o que este documento propõe é fazer do Castelo o ponto dominante, em que tirar de lá a PSP já faz parte dessa estratégia, e um outro ponto, que considera ser novidade e disse nunca ter visto apontado por ninguém, que consiste em aproveitar o edifício do antigo Governo Civil. Na sua opinião aquele local deveria ser o átrio de entrada, o hall de entrada na zona histórica mais elevada da cidade, o salão de entrada no espaço histórico com exposições permanentes, um vídeo sobre a história de Leiria e assim sucessivamente. Explicou que as traseiras daquele espaço levam-nos quase à entrada do Castelo ficando ao nível da casa conhecida como casa do Fabião, para quem conhece o morro do Castelo. Afirmou que seria possível encontrar uma solução de engenharia e uma solução arquitetónica para fazer do edifício do antigo Governo Civil o verdadeiro hall de entrada no Castelo; além disso, se não estiver lá a PSP e estiver, por exemplo, uma pousada que seria uma boa solução e com o Mimo que é um dos melhores



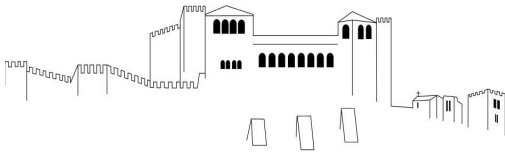
Município de Leiria Assembleia Municipal

museus em Leiria e quase único na Europa, se unirmos isto à Igreja de São Pedro, que também tem características muito singulares, existem condições para fazer dali o coração cultural da cidade.

Mencionou outras propostas, nomeadamente as comemorações do centenário de Rodrigues Lobo, a criação de um museu de arte sacra a partir de uma coleção riquíssima que existe no seminário diocesano, fazer entrar a casa museu João Soares dentro do património cultural do concelho. Disse existir uma ideia que é desenvolvida no documento que é fazer das Cortes uma aldeia de poetas, uma espécie de aldeia museu e depois desenvolver o conceito de museus ao ar livre nos sítios geológicos que citou anteriormente, o Vale do Lapedo, os sítios geológicos que existem em larga quantidade, o Penedo do Pedrógão, a parte histórica de Monte Real e, finalmente, uma ideia para que este documento aponta e teria de ser intermunicipal que era em conjugação com Ourém, Batalha e Pombal, pelo menos, desenvolver os caminhos de Fátima. Referiu que há quem diga que eles já estão assinalados, mas considera ser uma coisa muito pobre achando que deveriam ser capazes de fazer uma coisa grande relacionada com Fátima pois faz parte da identidade de Leiria.

Do ponto de vista da educação disse que neste documento há a conclusão de que Leiria está extremamente bem desenvolvida considerando que o que tem que haver é uma aposta no parque escolar cumprindo a carta educativa, tem que resolver o problema de assimetria isto porque quando o parque escolar foi integrado nos municípios (referindo-se às escolas de 2º ciclo e secundárias) estes herdaram as assimetrias que existiam antes sendo necessário quebrá-las. Do ponto de vista da sustentabilidade energética sugere-se a instalação de painéis fotovoltaicos em todas as escolas e a rede digital de alta velocidade.

Relativamente ao desporto referiu ter sido outra conclusão interessante a que chegou ao conversar com as várias pessoas em que Leiria não é um concelho de elite do ponto de vista da prática desportiva de alta competição. A cidade não possui nenhuma modalidade pela qual possa ser considerada o "rei" no país, mas é um dos concelhos do país com maior e mais intensa prática desportiva sendo os números absolutamente fantásticos. Quanto a isso o que tem de se fazer em primeiro lugar é disseminar ao longo de todo o concelho uma rede prática informal do desporto, achando que foi através disso que se chegou a uma situação curiosa, não possuímos clubes de ponta em lado nenhum, mas temos atletas de ponta em todas as áreas dando o exemplo do lançamento do martelo e do andebol. Continuou dizendo que em segundo lugar, no que toca ao pavilhão multiusos, torna-se necessário concluir rapidamente esse debate. O documento não aponta no sentido da criação do pavilhão multiusos, mas diz que não se pode separar desse debate nem o estádio, nem o pavilhão que está projetado para os Marrazes.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Considera que isso deve fazer parte do debate em vez de se estar a dizer de uma forma aleatória “vamos fazer o pavilhão multiusos” devemos pensar no que temos e no que está projetado para saber se é verdadeiramente nesse sentido que se vai caminhar. O mesmo se dirá em relação à piscina. Referiu estar projetada uma piscina ao ar livre para os Marrazes que deve ser uma realidade nos primeiros anos da década e talvez resolva muitas coisas relacionadas com a alta competição. Por fim referiu um caso especial que temos em Leiria que é o pavilhão inclusivo construído nas Cortes. Este pavilhão é um caso especial e único em todo o país e devemos ser capazes de fazer dele repercussão em termos nacionais. Relativamente ao último capítulo disse haver uma característica que nós temos que é - fazemos imensas coisas, mas não se sabe.

Mesmo no cenário de pandemia Leiria foi um concelho que conseguiu fazer coisas fantásticas. Referiu lembrar-se de ter visto na televisão abrirem o telejornal com iniciativas de costureiras num concelho do norte do país relacionada com a fabricação de máscaras e em Leiria as costureiras já fabricavam máscaras, também numa iniciativa da Câmara Municipal, em quantidade incomensuravelmente superior àquela, mas não foi notícia, o que foi notícia foi a outra coisa no norte do país. Mencionou ainda outro exemplo quando há dias estava a ouvir a Antena 2 e deu-se conta de que se falava de uma iniciativa ligada à poesia e a literatura num sítio de Portugal, no mesmo dia em que estava a decorrer o terceiro dia já da ronda poética não estando a Antena 2 a falar sobre isso. Na sua opinião tem que se resolver o problema de se vender a nossa imagem, o que se faz contratando uma empresa especializada e com provas dadas para pôr Leiria no mapa. Considera ser preciso dar visibilidade à nossa qualidade de vida, à nossa riqueza cultural e criativa, ao nosso empreendedorismo e à nossa inovação, à qualidade do ensino, é preciso que o mundo e o país saibam que têm o Politécnico que têm em Leiria, à atratividade do concelho para investir e à centralidade de Leiria face ao resto do país. Considera que isto é uma imagem que é preciso ser vendida.

Concluiu a sua intervenção dizendo que o documento está disponível para consulta e manifestando a sua disponibilidade para esclarecer as dúvidas a esse respeito.

Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes

Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimentando o professor Carlos André pela apresentação que fez e pelo trabalho desenvolvido e cumprimentando também o público que está a seguir em casa esta sessão extraordinária.

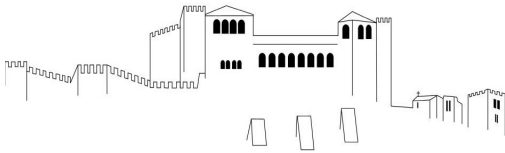
Relativamente à reflexão estratégica que foi preparada disse que haverá seguramente muito para debater ainda, mas mais do que falar sobre a importância que o documento terá para o futuro em termos de reflexão e em termos práticos deixou um agradecimento à equipa que o Professor Carlos André acompanhou e que teve uma preocupação de



Município de Leiria Assembleia Municipal

juntar um equilíbrio de género entre homens e mulheres de diversas gerações e pensamentos e uma preocupação de incluir uma jovem pois quando falamos de um plano estratégico a 10 anos ou de uma reflexão estratégica a 10 anos temos que ter uma preocupação de pensar a cidade, o concelho não para a geração que está a planeá-la ou a pensar, mas, sobretudo pensar para a juventude que daqui a 10 anos terá 20, 30 anos e porque são esses que irão beneficiar de todo um esforço de melhoria do nosso concelho. Por isso nada melhor do que incluir nesta reflexão não só os intelectuais, os académicos os políticos mais experimentados, os jovens políticos, os empresários, os médicos, etc. Explicou que todos os convidados, mais de 100, foram auscultados para pensar e refletir de uma maneira estratégica o futuro do nosso concelho, mas uma palavra especial para a importância que a juventude trouxe ao documento e a preocupação de quando planeamos as cidades a médio longo prazo não devemos pensar só pela nossa própria cabeça por aqueles que são os decisores políticos, mas pensar também na amplitude que estas cidades e o concelho terão para as gerações futuras. Houve por isso a preocupação de incluir uma pessoa tão experimentada e com tanta visão do mundo como o Doutor Laborinho Lúcio, uma referência da nossa região, mas incluir também o Dr. Joaquim Paulo, com uma experiência larga também na área da economia e gestão, a Catarina Selada, uma das principais especialistas em mobilidade e responsável de um dos maiores centros de investigação na área da mobilidade em Portugal, sedado em Matosinhos, a Maria Miguel, uma pessoa com uma importância na área do empreendedorismo, mas também na área da cultura, é atualmente assessora da ministra da Cultura e a Maria Francisca Gama, uma jurista recém-licenciada que nos dá uma visão daquilo que são os interesses e as vontades de gerações mais novas. Afirmou ter sido esta equipa que acompanhou o projeto e à qual gostaria de fazer um agradecimento público pelo seu envolvimento.

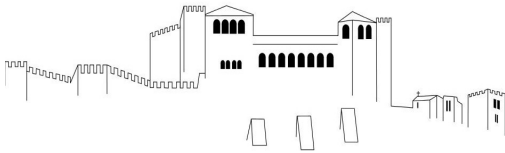
Explicou que quando solicitou ao Professor Carlos André para desenvolver este trabalho pediu para que no prazo de 10 anos pudesse dimensionar alguma da nossa ambição, ambição essa que fosse participada pelo maior número de pessoas. Afirmou saber que a capacidade de ouvir, transcrever e escrever aquilo que é o sentimento de Leiria está de certa maneira refletida neste documento e servirá seguramente para acompanhar no futuro aquilo que são algumas das suas preocupações, algumas delas antigas. Reconheceu que algumas já podiam estar resolvidas há mais tempo, mas possuem um prazo de 10 anos para conseguir recuperar algumas dessas ações e medidas que estão elencadas no documento e com as quais se revê na grande maioria, mas que necessita de estar muito alinhada com aquilo que são as fontes de financiamento comunitário. Mencionou o fato de durante esta sessão já ter sido falada a importância do plano de recuperação e resiliência, mas haveremos de ter durante a próxima década pelo menos



Município de Leiria Assembleia Municipal

mais um quadro comunitário disponível com verbas importantes para a recuperação económica. Afirmou que este documento se tivesse sido feito há dois anos atrás hoje estaria de certa maneira contaminado pelo ambiente pandémico que se vive e o fato de ter sido feito já com a preocupação de pensar no futuro tem uma dimensão muito relevante na área da recuperação económica e nas preocupações que se devem ter com aquilo que é a resiliência social, educativa, mas também na área da saúde, pilares fundamentais daquilo que é o nosso futuro coletivo. Referiu que estas áreas foram tão atingidas durante a pandemia que estamos a viver tendo sido postas a nu as fragilidades que o Serviço Nacional de Saúde, os lares e a escola digital têm sendo por isso necessário investir nos próximos anos para que caso volte a acontecer uma nova pandemia a nossa sociedade esteja preparada para a vencer com mais facilidade. Afirmou que por isso este documento também teve essa preocupação, essa visão tendo-se ajustado muito bem àquilo que é o planeamento e o planeamento que estão a fazer para os próximos 10 anos quer em Portugal, quer na Europa, algo que é muito recente. Disse serem documentos que estão disponíveis há muito pouco tempo existindo uma clara antecipação e conjugação daquilo que são as tendências programáticas e estratégicas da Europa. Referiu que para além da resiliência existem dois vetores muito importantes e que estão muito bem representados nesta reflexão que são as preocupações ambientais, cujos défices ambientais que o concelho tem são resultante do seu enquadramento histórico dos últimos 50 anos, onde o empreendedorismo, dinamismo económico, sobretudo industrial, o agropecuário, mais propriamente o agroindustrial, veio traduzir-se em impactos económicos relevantes, mas com uma consequência ambiental grande e que obriga a uma resposta assertiva na próxima década e, naturalmente também aqui o ambiente tem um espaço fundamental na estratégia de Leiria e deverá fazer parte da sua ação não só autárquica, mas também de base regional e nacional.

Deixou uma ressalva sobre a importância que tem a digitalização e a nova economia. Chamou a atenção para o fato de hoje se estar a fazer uma Assembleia Municipal via online, digital. Na sua opinião o digital veio para ficar no nosso dia a dia e as comunidades, as sociedades, as profissões que não se adaptarem a esta nova maneira de trabalhar vão ficar para trás o que leva a dizer que Leiria vai ter que estar na vanguarda daquilo que é uma cidade direcionada para a digitalização dos negócios, para a indústria 4.0, para a captação de startup's na área das aplicações informáticas o que significa que o investimento projetado para o topo norte, que será concretizado durante esta década, vai ser decisivo. Disse ainda ser fundamental possuírem uma resposta nesta área para responder à captação de jovens, fixação de juventude, novas profissões e novos empregos.



Município de Leiria Assembleia Municipal

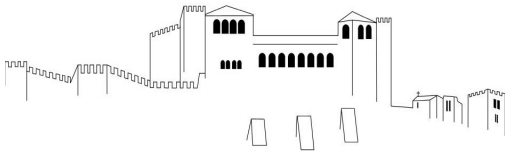
Por fim, mencionou um último apontamento muito associado também à resiliência, pilar fundamental para a sua estratégia de captação e afirmação de uma marca, de uma visão que conseguiu mudar o paradigma daquilo que era autoestima dos Leirienses e que foi a importância que a cultura teve nos últimos anos para Leiria. Referiu que esta linha nos próximos 10 anos vai ser decisiva e terá, no seu entender, o momento mais alto quando Leiria for Capital Europeia da Cultura em 2027, algo para o qual têm vindo a trabalhar nos últimos 3 anos afincadamente sendo um desejo que está também refletido na candidatura e que tem muito a ver com o seu alinhamento estratégico para o futuro.

Continuou a sua intervenção dizendo ter-se falado muito sobre a identidade, comunicação, robustez e afirmação de Leiria algo que, na sua opinião, só se irá conseguir eventualmente com muita comunicação, mas para mais do que comunicar é agir. Considera que para se obterem resultados não podem continuar a existir ações por cumprir eternamente porque isso desgasta quem está na política e quem apoia, que são os Leirienses que diariamente querem acreditar num projeto coletivo. Referiu que sempre que temos uma proposta, uma ambição, um desejo e ela demora 20, 30 ou 40 anos a ser concretizada cria naturalmente desmotivação considerando por isso ser fundamental que a nossa região, o nosso concelho em particular, tenho resultados na próxima década, resultados objetivos. Afirmou que temos resultados na área da economia pela nossa capacidade empreendedora faltando-nos uma afirmação muito clara em outras vertentes que já falou anteriormente e que são decisivas para o nosso sucesso coletivo. Por tudo isso aproveitou para deixar uma mensagem também de esperança porque os anos que aí vêm vão ser anos muito difíceis e vão obrigar a um esforço coletivo, a um esforço de todos os partidos, de todos os políticos, de todos os empresários, de todos os setores económicos, sociais e associativos para se conseguir vencer a crise que se avizinha. O fato de possuírem análise política sobre aquilo que é a consequência desta pandemia do ponto de vista económico, e hoje se temos casos existe um fundo de apoio social com 1,2 milhões de euros é para conseguir dar resposta nos próximos anos às dificuldades sociais que se vão sentindo e que são incontornáveis. Referiu que hoje estão preocupados com a saúde, mas amanhã estarão preocupados com a recuperação económica para vencer os problemas sociais e para isso é preciso ter uma comunidade muito unida para vencer a crise. Referiu que também este documento dá esse contributo para uma saída da crise o mais rápido e o mais estruturado possível.

Intervenção da senhora Presidente da União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira – Céline Gaspar

Transcrição:

"Boa noite,



Município de Leiria Assembleia Municipal

Permitam-me que nas pessoas do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Câmara Municipal cumprimente todos os participantes nesta sessão. Um cumprimento especial para todos os leirienses que nos acompanham através da página do Facebook.

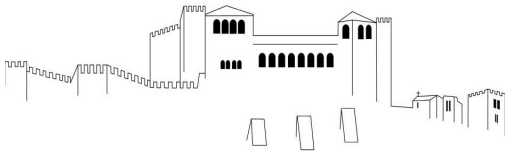
Em primeiro lugar, quero congratular a Câmara Municipal de Leiria, na pessoa do Senhor Presidente, pela iniciativa de fazer uma reflexão sobre o futuro de Leiria. Pensar o futuro requer capacidade de aceitação sobre aquilo que no passado e no presente não foi possível concretizar e colocar por escrito demonstra uma vontade extraordinária de fazer acontecer.

Esta reflexão seguiu um modelo – auscultação de vários líderes de opinião, autarcas e ex-autarcas, cidadãos - que na minha perspetiva é a ideal quando se quer pensar o futuro e se pretende criar um instrumento base para dirigir o amanhã num percurso que vai ao encontro dos objetivos dos cidadãos.

Leiria nunca definiu a sua identidade, apesar de esta ser clara para quem conhece a cidade e o concelho: o seu empreendedorismo económico. Assumir a necessidade de capitalizar esta característica, que nos torna particulares a nível nacional, deve ser, sem dúvida, o caminho do futuro para quem lidere os destinos do nosso Município. É unânime esta opinião. A partir daqui, teremos, pois, capacidade de nos tornarmos mais fortes a nível político.

O futuro passa pela sustentabilidade e, sobretudo, pela coesão territorial. Enquanto Presidente da Junta, considero que a valorização do concelho no seu todo é fundamental para uma cidade que se quer agregadora. Partindo daquela que se identifica como sendo a principal característica e identidade de Leiria, é fundamental concretizar o Parque Empresarial de Monte Redondo e a partir daí planificar o crescimento de zonas industriais em todo o território.

A aposta para o futuro passa não só pela transição digital, que tem vindo a ser acelerada pelo momento que vivemos hoje, mas também pelo investimento infraestrutural nas Freguesias, oferecendo condições para fixação da população no território de forma homogénea. Este pensamento é transversal e a base da forma de intervenção, nos últimos anos, dos autarcas do nosso Concelho. Esta oportunidade só será verdadeiramente concretizada através da melhoria da mobilidade interfreguesias e entre as freguesias e a cidade. Criar condições de mobilidade sustentável em todo o território possibilitará não só uma coesão territorial, mas também a sustentabilidade ambiental. Se queremos incutir um uso generalizado dos transportes públicos e criar uma verdadeira cultura de opção neste âmbito, o investimento tem de ser claro na ligação entre as freguesias e entre as freguesias e a cidade. Não existindo uma resposta consolidada a este nível, a utilização do transporte público só em parte, dentro da cidade, por exemplo,



Município de Leiria Assembleia Municipal

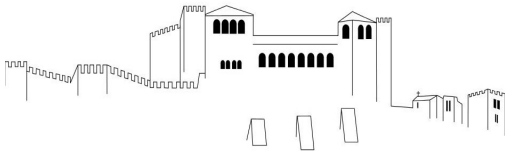
nunca será uma opção por parte dos utilizadores. Além disso, a cultura de centralidade que tem vindo a existir ao nível de determinados serviços – saúde, serviços bancários, entre outros - obriga a uma relação de maior proximidade entre as freguesias confinantes e é, cada vez mais, necessária uma solução para os cidadãos na ligação entre elas. Este investimento, ao mesmo tempo que contribui para uma mobilidade mais sustentável, é uma resposta social à população mais vulnerável e com menos possibilidades de deslocação através de meios próprios. Neste contexto, importa também apostar no passe social e aproveitar os fundos disponíveis para reduzir o valor dos bilhetes. É fundamental que além do aumento da oferta, que esta seja competitiva financeiramente em relação à viatura própria. Este investimento tem em si claramente uma transversalidade na melhoria dos acessos ao comércio local e a outros serviços de primeira necessidade e pode, numa primeira instância, ser rentabilizado através de uma oferta mais adequada às necessidades da comunidade escolar.

O desenvolvimento de projetos de valorização do património natural na cidade e nas freguesias enquadra-se, igualmente, no concelho que queremos para o futuro. O caminho que tem vindo a ser determinado nos últimos anos reflete efetivamente esta consciência. Uma Leiria mais verde é fundamental não só para oferecer qualidade de vida a quem a escolhe para viver, mas também para o desenvolvimento do turismo na natureza, que, na minha perspetiva, tem cada vez mais seguidores e que será, no futuro, uma aposta ganha.

A riqueza cultural de Leiria tem, igualmente, de ser capitalizada quanto à identidade que se pretende definir para Leiria. Esta riqueza, que é absoluta em todo o território, deve ser prioritária para o desenvolvimento de uma cidade, de um concelho, do futuro. Não precisamos de provas quanto à nossa qualidade, precisamos apostar numa comunicação forte sobre aquilo que de melhor se concretiza nas nossas escolas e no nosso associativismo local.

Nos últimos anos, a comunicação de Leiria tem vindo a crescer. Porém, na minha perspetiva e no alinhamento daquilo que são as conclusões desta reflexão, no futuro, essa deve ser uma aposta fundamental nas prioridades do Município de Leiria. Será fundamental agilizar a comunicação e envolver os cidadãos na atividade do Município, aproveitando as potencialidades do marketing de proximidade para divulgar todas as novidades nas várias vertentes capitalizadoras do concelho.

A compilação de ideias, princípios e ações concretas firma-se como um instrumento fundamental para a definição de uma estratégia futura. A partir desta base, temos a oportunidade de concretizar as prioridades, tendo em consideração aquilo que efetivamente os cidadãos pretendem para Leiria.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Este trabalho deve ser, sem dúvida, o sustentáculo de uma governação do futuro para Leiria. O documento deixa clara a capacidade de sermos uma das melhores cidades para viver em Portugal, pela riqueza cultural e criativa, pelo espírito inovador e empreendedor, quer em termos sociais, quer económicos, pelo ensino de qualidade e pela centralidade geográfica.

Obrigada!”

Intervenção do senhor deputado Teófilo Santos - PSD/MPT

Transcrição:

Cumprimentou todos os presentes.

“De uma forma geral, o documento apresenta-se como uma coletânea dos aspetos importantes que ao longo do tempo têm sido apresentados em diversos locais por diversas pessoas. É por isso uma súmula a ser usada para futuros trabalhos, necessitando, no entanto, de aprofundamento em algumas áreas essenciais que são tratadas de forma muito superficial, como é caso do Ambiente.

De salientar, positivamente, as 82 entrevistas a distintas personalidades do Concelho e da Região.

Contudo, o painel não é suficientemente representativo de algumas áreas para garantir a “cobertura” de alguns sectores de atividade que são críticos para a Economia, nomeadamente a atividade agroalimentar (aviários e suiniculturas).

Os deputados eleitos pelo círculo de Leiria estão maioritariamente ausentes, bem como os vereadores do PSD e os deputados municipais, que não receberam qualquer contato telefónico do Senhor Professor - contrariamente ao que se verificou com alguns dos entrevistados.

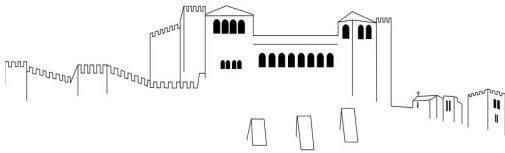
Somos todos Leirienses.

Numa altura em que as forças radicais crescem, não nos podemos permitir excluir, temos que unir.

Talvez o Senhor Professor e a sua equipa nos tenham dispensado, por terem lido as atas das reuniões de câmara e da assembleia municipal e terem concluído que eram suficientemente esclarecedoras. E, por isso, não teriam de perder tempo com os vereadores e deputados do PSD

Parece não haver dúvidas que O SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA, ao solicitar o trabalho, pretendia ter um documento como guia para a sua campanha eleitoral. Mas, infelizmente para o Senhor Presidente muito do ora dito, por ser de todos conhecido, já poderia e deveria já ter sido posto em prática.

Convém não esquecer que o mesmo é muito crítico em relação ao trabalho da Câmara nos últimos 12 anos, dizendo mesmo que nada se fez.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Leiria precisava - e precisa - de estudos urbanísticos e de arquitetura que estudem a cidade e a região, a mobilidade e a projetem para o futuro.

Estudos esses que mencionem o que se deve fazer nos próximos anos, já que o que vem referido no documento é, repito, do conhecimento geral de todos nós.

Espero que o Senhor Presidente da Câmara ao ler o estudo, tenha chegado à conclusão que tudo já era do seu conhecimento.

Leiria precisa de trabalho e de concretização.

Note-se que ainda agora, após deliberações da Câmara e da Assembleia Municipal para fazer o Multiusos e para as alterações Avenida Heróis de Angola o Sr Presidente, logo que tomou posse suspendeu tais trabalhos, apesar de ter sido deliberado sempre com o seu voto favorável.

O que pensarão os Leirienses?

Como acima referimos, o documento, de forma geral, não traz qualquer novidade, limitando-se a apresentar argumentos evidentes e que são do conhecimento publico há mais de vinte anos, a saber:

- Os Parques industriais, a linha do Norte e do Oeste, o aeroporto, a zona histórica, o topo norte do estádio, suiniculturas, os Parques verdes, a dicotomia urbano-rural, o polis, o ambiente, a despoluição dos rios, a recolha de resíduos, o pinhal do Rei, a mobilidade, a eficiência energética;

- OS PARQUES VERDES; o terreno da prisão escola, a deslocação para os terrenos da prisão escola, de todos os serviços públicos (GNR, PSP), as novas ligações à Marinha Grande e Batalha, tudo isto foi discutido nas Assembleias Municipais e por isso era do conhecimento do Sr. Presidente e dos Senhores Vereadores.

O Estudo regista de novo, velhos temas sempre falados, revisitados e apresentados em vários sítios, como seja, Leiria e a sua pujança económica; Leiria e a sua vocação de liderança do distrito; Leiria e a sua Centralidade geográfica.

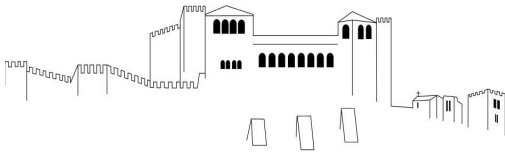
O documento também regista a falta de capacidade para exercer esta liderança, a falta de peso político da região e da cidade, a ausência de sentido comunitário e de identidade e a falta de notoriedade positiva para a cidade e seus agentes.

Fica evidente, também nesta reflexão, encomendada pela câmara municipal, a questão de Leiria ser uma cidade partida.

O relatório deixa claro uma Leiria Urbana onde tudo acontece e uma Leiria Rural onde nada se passa.

A ideia de um parque verde em cada bairro é seguramente uma ideia agradável, mas impossível.

Um dos aspetos mais importante e preocupante da nossa cidade é o ambiente, tema que o relatório trata de forma muito superficial.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Este tema é o mais crítico de todos e onde é necessária competência e saber. Leiria tem sido profundamente incompetente, nomeadamente no combate ao desperdício e perdas de água, Monitorização da rede de água e saneamento,

Recolha de resíduos de forma equilibrada entre freguesias, A despolição dos rios, Qualificação de espaços verdes e de natureza.

A resolução dos efluentes suinícolas é urgente. Não podemos esperar mais tempo!

O Pinhal do Rei é esquecido no estudo.

Leiria precisa de um plano estratégico, feito por técnicos especializados nas diversas áreas, com conhecimento dessas áreas, onde sejam definidas as prioridades e o cronograma subjacente, não esquecendo o fator determinante, a análise de custos e financiamento, matéria relevantes e não abordadas nesta reflexão.

Por fim, quando o Senhor Professor sugere constituir uma equipa para resolver os problemas, relembramos que o PSD, quando tomou posse, teve oportunidade de dizer que somos Leirienses e que antes dos partidos estão as pessoas, a nossa cidade e a região. Lamentamos que o PS nunca tenha visto como algo importante a disponibilidade manifestada. Há aliás casos em que o executivo não aceitou propostas por nós apresentadas para pouco depois as vir apresentar.

Reiteramos a nossa total disponibilidade para trabalhar em conjunto, aliás, como recentemente fizemos no orçamento participativo no qual os líderes de todos partidos estiverem unidos a defender as mesmas causas."

Intervenção do senhor deputado **Fábio Joaquim – CDS-PP**

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção referindo que gostaria de mencionar uma nota prévia, uma declaração de interesses. Dirigindo-se ao senhor Professor Carlos André afirmou que a Assembleia Municipal é um órgão político onde certamente serão debatidos alguns assuntos que nada têm a ver com questões pessoais ou da avaliação da sua capacidade técnica, mas o senhor Professor foi remunerado para executar este trabalho e os deputados municipais são remunerados através de senhas de presença para efetuar o seu trabalho que é defender aquilo que são os interesses dos munícipes. Assim, disse querer deixar apenas um conjunto de questões e esclarecimentos relativamente ao documento que foi produzido. Disse saber que o senhor Professor possui um doutoramento em literatura clássica não levando a mal e certamente conhecerá uma frase célebre de Marcus Tullius Cicero, mais conhecido apenas por Cícero, que diz: "Todos acham suas obras belas.". Continuou dizendo pretender focar alguns pontos que solicitou ao senhor Professor Carlos André que o esclarecesse. Começou por mencionar o fato de no documento de reflexão ser indicada a necessidade da criação de uma agência de captação de investimento estrangeiro, um bocadinho de diplomacia económica em termos locais,



Município de Leiria Assembleia Municipal

tendo o senhor Professor tido oportunidade de referir exemplos como Manchester e Helsínquia. Questionou sobre qual é a diferença entre o modelo que é proposto e a Invest Lisboa, o Invest Porto, a Invest Braga, a Cascais Invest, tudo instituições criadas especificamente em cooperação entre as Câmaras Municipais, a Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa e a AICEP. Referiu ter tido a oportunidade de acompanhar pela via profissional algumas dessas missões mencionadas e por isso gostaria de perceber qual é a diferença do modelo proposto e que indica que não existe ainda em Portugal. Questionou relativamente a estas organizações, que existem já desde 2009, sobre quais serão as diferenças. Questionou ainda relativamente à educação pois não teve oportunidade de identificar ou ouvir a sua opinião pessoal relativamente ao Instituto Politécnico de Leiria e à passagem ou não a universidade.

De seguida, questionou sobre o tema da fiscalidade municipal, pois o senhor Professor teve acesso a uma panóplia de contribuições, estudos e técnicos relativamente a essa matéria, se não acha que Leiria deveria ser fiscalmente mais apelativa de modo a permitir a fixação das pessoas, mas principalmente empresas.

De seguida referiu que senhor Professor indicou que seria importante Leiria contratar uma empresa especializada para a divulgação da sua imagem. Nesse sentido questionou se considera que Leiria necessita de contratar uma empresa especializada em planeamento para elaborar um plano estratégico a 10 anos.

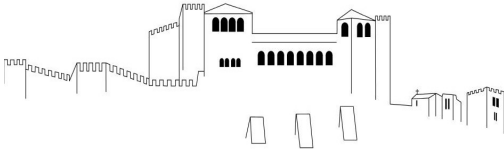
Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara referiu estar-se a analisar o documento final, documento esse que é esteticamente bem conseguido, algo que já teve oportunidade de dizer anteriormente noutras sessões da Assembleia Municipal, mas, na sua opinião, é um documento de 200 páginas que custou o dinheiro que custou (cerca de duas centenas de euros por página) sendo que os dinheiros públicos merecem o escrutínio e a preocupação dos munícipes que pagam os seus impostos. Questionou, agora que o senhor Presidente já teve tempo de olhar para o documento final produzido, se considera que o documento obtido, com o custo natural que teve e não colocando em causa a competência de quem o elaborou, poderia ter sido elaborado pelo pessoal técnico do quadro que a Câmara Municipal possui, se teriam ou não capacidade de elaborar este documento.

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Transcrição:

Cumprimentou todos os presentes.

"Antes de iniciar uma breve reflexão sobre o documento, quero deixar claro que o Bloco de Esquerda de Leiria não recebeu qualquer convite do Professor Carlos André para participar nas reuniões preparatórias."



Município de Leiria Assembleia Municipal

De qualquer modo, tratando-se de um documento de "reflexão estratégica" que visa motivar a elaboração de projetos de ação, pareceu-nos justificar que ocupe algum tempo de reflexão desta Assembleia, ao fim e ao cabo, por onde terão que passar quaisquer orientações que de estratégicas tenham alguma pretensão. Por isso mesmo, fomos a favor da presente reunião.

Uma das muitas lições que a atual situação nos deu, foi sublinhar a importância de se olhar para o mundo no seu todo, não sendo possível cada um continuar a limitar-se ao seu quintal como se nada tivesse que ver com os dos vizinhos. Para o bem e para o mal, isto é verdade quer estejamos a falar na facilidade de propagação de doenças, quer na sua cura; quer estejamos a falar na economia global, quer na excessiva dependência dela; quer estejamos a falar em medidas de recuperação ambiental à escala mundial, quer na responsabilidade que nos assiste dentro do nosso "quintal".

O território é global e receamos que, se não aprendermos esta lição, as consequências nos venham a entrar casa dentro da forma mais violenta. Precisamos identificar as medidas-travão do desastre, criar condições para que o poder público se consiga "antecipar aos privados na ação sobre o território" (pág. 46).

Aplicando o princípio ao nosso território, comungamos da preocupação dos autores do documento quando defendem (cito): ser "preciso (...) fazer acontecer fora da cidade o que na cidade acontece, porque Leiria-município é pertença de todos e essa pertença não comporta exclusões, muito menos geográficas" (pág. 45).

O problema é, por um lado, saber como o fazer sem que cada um dos espaços perca a sua identidade e, por outro, como conseguir que outros a ganhem.

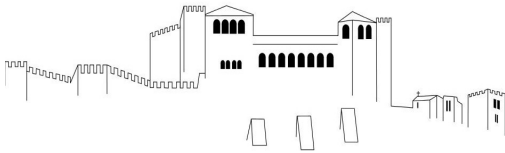
O documento é certo no diagnóstico: "A cidade passou a ser planeada pelos especuladores imobiliários e fundiários (...)". E mais à frente conclui: "(...) ser planeada pela especulação (...) é o mesmo que não possuir qualquer tipo de planeamento". Totalmente de acordo. A terapêutica é que nos parece insuficiente.

Quando defende que se promova a organização da cidade em bairros, aponta-se para uma solução próxima da corrente conhecida por "cidade de 15 minutos", ou seja, uma organização dos espaços de modo a que qualquer ponto de interesse (serviços, comércio, etc.), não esteja a mais de 15 minutos de distância percorrida a pé ou de bicicleta.

Muito bem. Só que, para o conseguir; para conseguir que neles haja vida permanente e não se limitem a meros dormitórios;

para que se crie a desejada identidade, a identificação dos residentes com a área de residência, não basta criar um "espaço verde" em cada bairro, embora não se negue a sua importância.

É necessário que nele se encontrem respostas às necessidades diárias, pela proximidade de alguns serviços (posto médico e farmacêutico, por exemplo), pela proximidade de



Município de Leiria Assembleia Municipal

locais de aquisição de bens alimentares (pensemos, por exemplo, no velho conceito de mercearia), pela existência de áreas de lazer de confiança (lá estão os espaços verdes) e aspeto fundamental- por ser lá que os filhos crescem por terem a sua escola a uma distância razoável e segura para ser percorrida a pé.

Ora, como se sabe, Leiria tem seguido o caminho contrário. Centros comerciais e centros escolares. Concentração de serviços e pessoas em grandes superfícies, a convidarem a grandes romarias motorizadas. Os especuladores deliram e os vírus agradecem.

Claro que Leiria já não é a cidade de Eça de Queirós, a tal "cidade provinciana" de que fala o documento. Mas... de que modo?

A Leiria de Eça, tinha uma relação não planeada, mas inevitável, entre o rural e o urbano e integrava-se num cenário nacional de miséria, doença e baixa instrução.

A tal "piolheira", como algumas elites classificavam o país inteiro, que só após o 25 de abril teve respostas eficazes, sobretudo no que à Saúde e Educação diz respeito.

Até lá, as medidas tomadas foram meramente pontuais, mais preocupadas com o cenário que compusesse a imagem internacional que andava pelas horas da morte.

Recorde-se que logo nos primeiros Planos do Fomento se deixou cair qualquer veleidade de intervir em grande parte do setor primário sob pressão dos grandes proprietários.

Consequência? Na década seguinte cerca de 2 milhões de portugueses saíram porta fora para cuidar da vida. Já com Marcelo Caetano, reconheceram-se as carências existentes na habitação. Estava criado o caldinho para a asneira: a terra não rendia com hortícolas, mas rendia com tijolo e cimento ou, mais tarde, com eucalipto. E aqui- há que reconhecê-lo com honestidade- o pós 25 de abril pouco mudou.

Claro que Leiria não conseguiu fugir a este "fado". A Leiria de Eça morreu, sim, mas quase se pode dizer que o fez deitando fora o bebé com a água do banho.

Que relação existe, hoje, entre a cidade e a sua envolvente ainda com algumas características rurais?

Que medidas estão pensadas para recuperar essas áreas, reconvertendo e acrescentando valor às suas atividades, em suma, mantendo-lhes a identidade?

Que estratégia de pressão regional se organizou para intervir num momento em que se discute a Política Agrícola Comum?

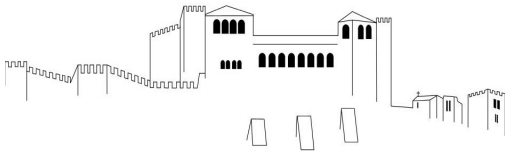
Que estratégia de pressão nacional foi pensada a partir das tristes lições de 2017?

Recorde-se que as últimas "grande ideias" chamaram-se pavilhão multiusos, cobertura da Heróis de Angola, elevador para o Castelo e aeroporto à porta de casa."

Intervenção da senhora deputada **Daniela Sousa – PAN**

Cumprimentou todos os presentes.

Começou por dizer reconhecer-se a boa intenção de querer pensar o futuro, projetar para concretizar é sempre uma boa ideia. Referiu que Leiria possui muitas questões que



Município de Leiria Assembleia Municipal

consideram interessantes, no entanto, entendem que devem ser concretizadas e aprofundadas. Questionam também, como já foi dito anteriormente, se não será este documento o programa eleitoral do PS pois parece-lhes um resumo do que deve ser feito em Leiria, mas entendem ser pobre no sentido de pensar como é que se irá concretizar cada uma das propostas. Afirmou parecer-lhes demasiado genérico, no fundo uma carta de boas intenções.

Intervenção da senhora deputada **Joana Cartaxo – PCP**

Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

"Todo o processo, desde o seu início, foi mal conduzido. Um trabalho desta envergadura, para ser a sério, carecia de uma equipa multidisciplinar com adequada formação científico-técnica, devendo obrigatoriamente diversos dos seus membros deter já uma sólida experiência profissional. Não foi o caso.

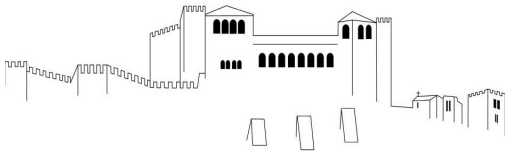
No âmbito da metodologia adotada para a elaboração do trabalho foi constituído um «Grupo de Acompanhamento» que a Câmara neste documento afirma ter sido «constituído em obediência a um princípio de múltipla pluralidade», designadamente «ideológica». Sobre isso estamos conversados, basta verificar os nomes. "Pluralismo", mas no estrito e restrito campo do pensamento único, o que diz muito sobre a natureza ideológica que se pretendia que o documento viesse a ter.

Nem um representante sequer, nem que fosse para compor o ramalhete, do mundo laboral ou do associativismo popular é possível encontrar entre os iluminados da Comissão, composta à imagem e vontade do presidente da Câmara e próximo cabeça-de-lista do PS à Câmara Municipal de Leiria nas eleições deste ano.

As realidades fundamentais dos territórios humanos e humanizados estão, aliás, afastadas deste trabalho. Pluralismo, mas não tanto assim.

No fundo, entre outras coisas e socorrendo-nos aqui de Demétrio Alves, o que se pretende é garantir para sempre «as mais-valias obtidas nas transações relacionadas com o solo tornado urbano e bens imobiliários nele edificados». Vivemos tempos de «pensamento único urbano» que, como avisa Demétrio, «visa exigir que as cidades [podemos dizer os territórios humanos] se ajustem aos desígnios da globalização financeira».

É por isso que, a páginas 19, se plasma, preto no branco, que «o rumo agora não devem ser os PDM ou os Planos de Urbanização», isto é, os planos municipais de ordenamento do território, os que têm força de lei e são fundamentais para que em vez de crescimento possamos passar ao desenvolvimento. Agora, para o PS, «o rumo devem ser os planos estratégicos globais – desde logo transdisciplinares e supramunicipais», seja lá o que isso



Município de Leiria Assembleia Municipal

for, na realidade coisa nenhuma a não ser colocar as coisas num plano ademocrático, porque fora da esfera dos órgãos municipais democraticamente eleitos pelo povo.

Moda vinda de Bruxelas para o plano nacional que o Presidente da Câmara e candidato aqui faz replicar por ver nela uma oportunidade extraordinária de fazer propaganda eleitoral.

«A cidade do pensamento único é a cidade do ambiente único – o ambiente dos negócios», diz-nos Henri Acselrad.

Não é por isso de espantar que, a págs. 20, se venha considerar como um dos «pilares fundamentais» a valorizar exatamente os «negócios» e não a economia. Tudo é negócio, reduzido a marca. Leiria é uma marca, o Castelo é uma marca. O capitalismo reduz tudo ao lucro e o PS é um agente diligente.

Uma outra moda dominante aqui adotada é encarar a mobilidade como coisa de ambiente, que também é, e não como, fundamentalmente, direito inalienável de cada ser humano.

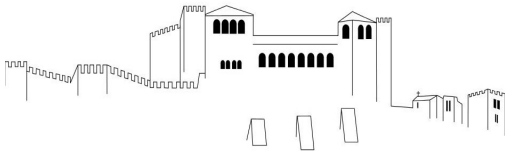
Este é um trabalho «devedor ao documento Costa e Silva», facto incompreensível quando, como se reconhece, o Plano de Recuperação e Resiliência ignora olímpicamente Leiria. Mas ele é sobretudo um documento seguidista dessoutro, não tendo sequer acautelado as devidas diferenças entre o quadro de intervenção e o poder de um governo e o quadro de intervenção municipal. Não se diz nenhuma inverdade se se afirmar que o PS se afasta aqui do ordenamento jurídico que enforma a intervenção dos municípios e os poderes dos seus órgãos.

Entre os problemas deste documento estão as incoerências, as incongruências as imprecisões, os modismos e também as más opções.

O PS e o seu cabeça-de-lista não se entendem sobre este território que é o nosso. Por exemplo, repetem o erro contido noutros documentos, como o Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território, de ignorar que Alcobaça e Leiria são confinantes e, sobretudo, que são territórios intensamente integrados a necessitar de diálogo e de entendimentos, nomeadamente no ordenamento territorial e na mobilidade.

Não é por isso de estranhar que a «identidade regional de Leiria» seja reduzida à CIMRL e esqueça o sul. Uma visão estreita que sai cara à Região.

E também não entendem o que é a cidade neste tempo, que cidade temos e que cidade queremos. A geometria aqui é muito fluida. A cidade, na sua «pequenez» é média, «à escala portuguesa» na página 35. Na página 42 «não é muito grande», logo é grande, «não é muito pequena», logo é pequena. Tudo isto depois de, na página 29, num assomo superlativo do lirismo que atravessa todo o documento, ter «quase 300 mil habitantes», uma cidade da Serra dos Candeeiros à Serra da Lousã, do mar até ao Zêzere.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Desta cidade tão lata e extensa são, noutro contexto, expurgados territórios essenciais para a sua dimensão demográfica, social e económica. Marrazes metade da população da urbe, com os seus vários bairros com milhares de habitantes e uma economia diversificada, é remetido para «outro centro urbano». Parceiros e Pousos são territórios ignorados. Mas acaso se pode ignorar os territórios onde se localizam o maior campus do IPL e o Hospital, para além de outros equipamentos e serviços?

De que cidade fala o PS? Que cidade pretende? Uma cidade reduto centrada na Praça Rodrigues Lobo e arredores, como pretende a ideologia dominante? Pode ser, mas isso é coisa que não existe mais!

E que fazer com o resto do território concelhio? O PS parece não ter grandes ideias. Aqui tudo é e não é.

O Castelo, uma história milenar como os trabalhos arqueológicos destes 25 anos demonstram, deve, sim, ser o centro do grande círculo que é a cidade, o local de onde sai uma infinidade de raios para dar coerência territorial. Mas não pode ser só em palavras aqui vertidas.

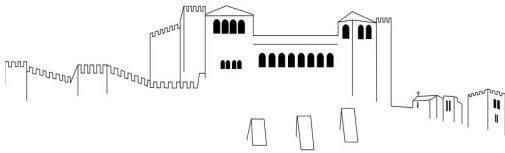
Em relação à proposta de um "Guggenheim" na confluência do Lena com o Lis, em pleno leito de cheia, solos de aluvião e subsolo com enormes caudais de água, como já foi aqui assumido, a única solução que vemos é talvez um Guggenheim sobre estacas! Quem sabe?

E como é possível excluir Monte Redondo dos «outros centros urbanos»? Que visão redutora é esta?

Nos seus 565 km², Leiria «não é um município de grande dimensão», querem garantir-nos. Podem manipular as palavras a seu belo prazer, conforma o jeito que dá no momento, mas a realidade não é manipulável, o território do concelho de Leiria coloca-o entre os maiores e o caos urbano, que tem no PS um dos responsáveis, cria-nos imensos problemas na gestão de tão grandes e complexas infraestruturas. Sobre isso e formas de o ultrapassar nem uma palavra. Aliás, ao considerar-se que não se deve apostar em parques industriais de menor dimensão somos obrigados a concluir que o caos é desejado.

Há um problema chamado habitação em Leiria. Por fim reconhece-se a sua existência. O problema está no tipo de preocupações e nas soluções que se quer que o Município desenvolva. As preocupações apontam para os «jovens quadros» («médicos, advogados, arquitetos, entre muitos outros»). E o Município tem que arranjar «habitação para jovens quadros e estudantes».

As obrigações municipais são do foro da habitação social e é aí que se deve centrar a intervenção. O centro histórico deve também ser habitado pelas camadas laboriosas. Não queremos aí um condomínio de luxo. Por isso e para avançar com a sua reabilitação



Município de Leiria Assembleia Municipal

defendemos a intervenção municipal para criar habitação no centro histórico para jovens em geral e não apenas os da elite.

As palavras são levadas pelo vento. O que foi feito das célebres 200 medidas de 2009? A distância entre dizer e fazer é grande. Por mais prosa lírica que usemos, a prática destes anos aconselha a não fazer fé.

A «estratégia, chamemos-lhe assim,» de desenvolvimento de Leiria é coisa para ser concertada, «em especial», entre «o poder político, o poder científico e o poder económico», confessam-nos sem pudor na página 20. Quem manda é a superestrutura dominante. A população em geral, portanto os trabalhadores, os micro e pequenos empresários, os falsos recibos verdes, o movimento associativo popular não só foram ignorados neste trabalho como não contam para decisões estratégicas. Nem a própria ACILIS é aqui considerada ou sequer lembrada.

A CDU tem e vai voltar a ter o seu documento estratégico para o desenvolvimento do concelho. É o seu programa eleitoral. Este é o programa eleitoral do PS e do seu cabeça-de-lista à Câmara.

A questão está em saber quem paga os 35 mil euros. O PS? Como devia ser. Ou os leirienses, do Coimbrão a Santa Catarina da Serra e da Maceira à Memória?"

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, procedeu ao início de uma 1ª ronda de intervenções.

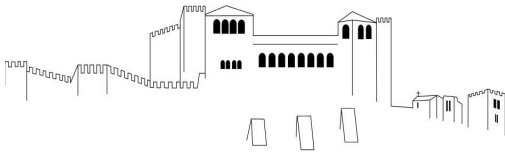
Intervenção do senhor deputado **Micael Sousa – PS**

Cumprimentou todos os presentes.

Transcrição:

"Depois de ter lido com atenção o documento que hoje nos traz aqui, fiquei surpreendido com algumas ideias que propõe, penso que ficámos todos. Por outro lado, não será de todo errado dizer que podemos encontrar no documento ideias de extrema importância para o nosso território. É de salientar a importância dada à sustentabilidade urbana, que se pode testemunhar nas alusões à necessidade de aumentar os espaços verdes, conjugados entre si e a malha urbana. Referências à imperativa necessidade de capacitar o atual sistema de transportes para que atinja outros níveis de qualidade, onde o transporte coletivo, automóvel privado e os modos suaves se conjuguem para revolucionar a mobilidade do concelho. Também se cita a vontade de transformar Leiria numa Smart City, inserindo tecnologia digital naquilo que possa melhorar o desempenho do sistema urbano e da vida dos leirienses. Tudo isto será algo que todos desejamos, quer seja de uma forma ou de outra.

Tendo o documento identificado muitas ideias temos agora uma base de debate, mas temos também um ponto de partida para fazer, de seguida, os processos de planeamento que ambicionamos. E através de dele materializarmos esses desejos. Tendo dado este



Município de Leiria Assembleia Municipal

passo, temos de planear os próximos. Estando algumas ideias identificadas, muitas outras podem surgir. Chegou a altura de as testar.

Saber o que se pretende é essencial para construir um processo de planeamento. Primeiro temos de descrever com rigor e dados a complexidade do nosso território. Essa representação poderá acontecer com um modelo dinâmico territorial, suportado por soluções tecnológicas, mas de fácil leitura para todos nós. Proponho que se comece por aí! Depois, deveremos definir com detalhe que tipo de território pretendemos. Proponho então que se identifiquem várias possibilidades do que se pretende a curto, médio e longo prazo, havendo uma coerência entre as diferentes escalas temporais e territoriais. Ficaremos então com vários possíveis cenários. Cada um destes objetivos deve ser acompanhado das ideias e projetos que os suportam. Cada ideia deve ser testada e simulada, para que se identifique exatamente quando irá custar, que impactos terá no território, os efeitos positivos e negativos. Em suma, análises de custo-benefício e cenários detalhados. Depois isso servirá para avaliar cada uma das possíveis ideias de modo a estabelecer prioridades e a necessária calendarização. A realidade simulada pode demonstrar quais os vários graus de exequibilidade. Com isto não estou a recomendar que devemos fazer e ver como corre. Hoje existem técnicas de modelação e simulação que nos permitem testar ideias a custos mínimos, mas com constatações sólidas e resultados gráficos de fácil interpretação.

Aos processos de planeamento, baseado nestes princípios racionais e sistémicos, devemos introduzir também os processos de participação pública com o objetivo de atingir soluções colaborativas, aquelas que são socialmente aceites. Uma vez que existe um tempo para implementar estes processos, a eles se devem associar oportunidades participativas alargadas. Tal como nos processos que geraram estas reflexões estratégicas que hoje aqui nos trouxeram, onde participaram muitos atores sociais e representantes de Leiria, essas oportunidades participativas futuras devem ser constantes.

Podemos gerar novas oportunidades de participação para discutir estas ideias e alimentar novas. Para esse intuito proponho que se implementem sessões interativas, quiçá até jogáveis, onde os cidadãos podem ser estimulados para desenvolver ideias colaborativamente, testando-as e tendo o devido apoio técnico. Essas sementes participativas podem depois ser continuamente desenvolvidas através de várias etapas onde a colaboração pode ser estimulada, testando e aferindo da viabilidade das mesmas. Esses processos só terão sucesso se forem cativantes, suportados por apoio e informação, de modo a tornar claro quais as implicações das decisões. Desta forma teremos com segurança ideias que representam largas franjas da nossa sociedade local e que existe exequibilidade e conexão com a grande estratégia de desenvolvimento local.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Por isso, há que continuar a planear, usando de todas os meios e recursos que temos à nossa disposição, especialmente os mais importantes e valiosos de todos, os que mais potencial têm: as nossas gentes, os próprios leirienses.”

Intervenção do senhor deputado Pereira de Melo - PSD/MPT

Transcrição:

“Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa os restantes elementos virtualmente presentes nesta assembleia e de um modo especial o autor da obra objeto desta reunião.

Embora o pedido inicial do senhor Presidente da Câmara fosse a elaboração de um documento de orientação estratégica para a década 20/30 o autor resolveu elaborar um documento de reflexão estratégica isto é um trabalho com menor índice de exigência.

Compreendo que tal decisão tenha sido tomada uma vez que a elaboração de um documento de orientação estratégica exigiria a constituição de uma equipe de especialistas em diferentes áreas, o que é praticamente incompatível com a utilização de apenas um autor.

A definição de uma orientação estratégica passaria também obrigatoriamente pela auscultação dos órgãos autárquicos o que não aconteceu.

Procedi a leitura completa do documento apresentado tendo concluído que este se podia dividir fundamentalmente em três partes nomeadamente:

Uma primeira parte de natureza histórica e de definição de objetivos gerais importantes para se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento futuro.

A segunda parte da obra analisa a situação atual da cidade e região de Leiria procurando descrever os problemas principais com que a região se debate e propondo soluções para o significativo número de omissões e correções presentemente necessárias.

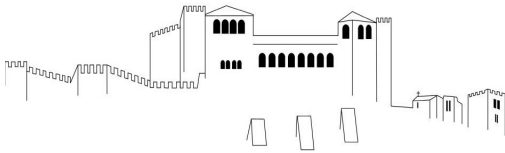
O autor, contudo, abstêm-se de hierarquizar a sua importância e de estimar o custo da sua execução.

A terceira e última parte, designada pelo autor de síntese das principais ações e medidas propostas eu designaria por ficção científica por motivos que adiante apresentarei.

Não analisarei a primeira parte por achar que a sua existência não é essencial para o documento embora pessoalmente a considere interessante e educativa.

Vou concentrar a minha atenção na segunda parte do documento pois é aí que se apresentam considerações que julgo pertinentes.

Embora não constituam para mim surpresa as constantes afirmações de que região de Leiria está atrasada em relação a muitas outras regiões do país devo confessar que não esperava que o atraso, em muitas áreas, fosse tão de significativo.



Município de Leiria Assembleia Municipal

O panorama atual parece exceder o meu pessimismo.

Se o autor do documento tivesse consultado as atas da Assembleia Municipal de Leiria, já não digo as da Câmara Municipal de Leiria por estas estarem incompreensivelmente com elaboração atrasada, teria constatado que;

Há mais de sete anos, que as intervenções do grupo de deputados municipais do PSD, e as minhas próprias, nem sempre pertenci ao PSD, vêm criticando, aquando da apreciação dos orçamentos, a atuação do executivo PS por considerar que esta quase se resume á realização de eventos desgarrados e projetos dispendiosos que nunca são executados.

A vereação PSD tem também continuamente criticado a ineficiente atuação do executivo PS, em relação a muitos dos pontos enunciados no documento, e proposto soluções que sistematicamente têm sido recusadas pela maioria PS.

Há muito que chamamos a atenção para os problemas da mobilidade na cidade e no concelho. Temos sugerido soluções concretas, nomeadamente no domínio do estacionamento periférico gratuito, da utilização de veículos elétricos com carris e até de trolleybus. O executivo camarário sempre discordou destas nossas propostas.

A saída da central Rodoviária na avenida heróis de Angola para junto das piscinas tem também sido uma proposta do grupo autárquico do PSD.

O dispendioso projeto de mobilidade para a cidade de Leiria, encomendado pela Câmara, foi parar à gaveta à semelhança de muitos outros projetos, como o do pavilhão multiusos, que não passaram do papel.

Temos insistido na criação dos espaços verdes em locais como sejam a mata de Marrazes, a quinta da prisão escola e quinta da Portela.

Não compreendemos por que motivo a totalidade da área circundante do edifício da Portela não deva ser utilizada para jardim em vez da construção em altura numa zona já saturada do meio da cidade.

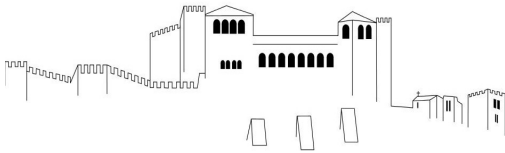
O PSD tem vindo a lutar contra a especulação imobiliária que conduz a um urbanismo desordenado como que está a acontecer na quinta da Malta.

No domínio do ambiente temos insistentemente chamado a atenção do problema da despoluição do rio Lis. A poluição desta via fluvial, a nível da cidade, é muito elevada resultante de uma má estrutura da rede de esgotos da cidade.

O parque de lazer, que existia no Rio Lis, com gaiotas e barcos, e que estava integrado no projeto polis, que agora é preconizado desapareceu. Terá sido por falta de manutenção?

No trabalho apresentado está omissa o problema da habitação para estudantes que continua pertinente uma vez que as residências existentes são insuficientes.

Neste sentido já sugerimos ao executivo que negociasse a recuperação das residências existentes na prisão escola e que estão desabitadas degradando-se rapidamente.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Também não é referido no documento o necessário e urgente alargamento do hospital Santo André obra que também é ignorada no plano de recuperação e resiliência apresentado pelo governo

Não vemos no trabalho apresentado qualquer referência à formação profissional via Instituto de Formação Profissional que continua inexistente a nível de Leiria. No passado foram reservados para o efeito terrenos junto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão. É também de notar que a nível de ensino superior a região de Leiria está reduzida ao IPL tendo desaparecido o polo da Universidade Católica e o ISLA. Deste modo o ensino superior privado e concordatário desapareceu de Leiria.

O documento também é totalmente omissivo em relação ao ensino não superior privado que continua de grande importância em algumas freguesias do conselho.

A estagnação do concelho, se não mesmo retrocesso, pode assim de um modo significativo ser consequência de uma má gestão camarária feita pelo executivo PS ao longo da última década.

Recomendo aos senhores presidentes da junta que leiam o documento atentamente pois nele é dada alguma ênfase à falta de dinamismo por parte do presente executivo que eles cegamente apoiam.

Talvez agora comecem a dar razão a muitas críticas que tenho apresentado nesta assembleia e pensem em mudar o sentido de voto das freguesias que representam.

Aproveitem, para no que resta deste ano, gerirem de um modo dinâmico os quantitativos significativos que a Câmara municipal de Leiria põe ao vosso dispor.

Passando à análise da terceira e última parte, designada pelo autor de síntese das principais ações e medidas propostas e que eu designei por ficção científica.

A concretização de um tão vasto número de objetivos, no prazo de 10 anos, é meu parecer utópica pelo que não passa de ficção.

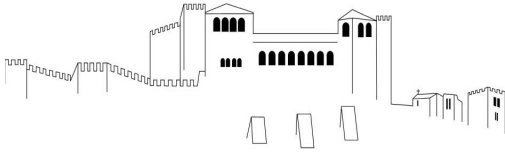
Até aceito ambição do autor por o mesmo ter recentemente vivido numa cidade que, graças aos elevados lucros provenientes do jogo e a um dinamismo bastante elevado conseguiu, nos últimos 20 anos um desenvolvimento espetacular.

Contudo não estamos em Macau, mas sim em Leiria.

O executivo PS Leiria tem sido bom a cobrar impostos, ou melhor a sobrecarregar os leirienses com impostos.

A Câmara Municipal de Leiria dispõe, desde alguns anos, de um vasto aforro que bem gerido lhe teria permitido concretizar grande parte do desenvolvimento que o documento assinala como em atraso.

Nos últimos dez anos os projetos da CML não têm passado do papel embora estes tenham sido muito dispendiosos.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Caso a administração do conselho não mude de mãos nem em 2040 teremos grande parte das propostas aqui apresentadas concretizadas.

O presente ritmo de execução desta câmara é totalmente incompatível com o projeto para um decénio apresentado.

Note-se que, apesar do presente documento ter sido apresentado antes da última e significativa alteração do orçamento municipal, nenhuma das medidas nele preconizada é contemplada neste.

Para terminar e sem desprimor para o autor, que muito considero, nem questionar a inegável qualidade do produto final, direi apenas que:

Não tivesse sido o objetivo principal deste trabalho constituir propaganda eleitoral autárquica do executivo socialista, afirmaria que o documento teria ficado substancialmente mais económico para a CML caso tivesse sido confiado a um estudante do ensino superior para ser executado como tese mestrado.

Isto porque estamos fundamentalmente perante um trabalho de pesquisa em que de um modo mais ou menos vago se propõe soluções abertas cuja execução não se afigura viável no horizonte temporal definido.

Tomando como certo que o documento apresentado não se destina a ser votado por esta assembleia nem a que venham a ser assumidos consensos acerca do seu conteúdo não vou emitir opinião acerca da sua utilidade em termos autárquicos. De contrário estaríamos a cercear a liberdade ideológica de outros partidos que não o socialista.

Tenho dito!"

Intervenção do senhor deputado Fernando Elias – PS

Transcrição:

"Muito boa noite.

Por economia de tempo cumprimento na Pessoa do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal todas e todos os presentes online nesta sessão, bem como os Leirienses que nos acompanham via Facebook e ainda, a comunicação social.

Um cumprimento particular para o Professor Doutor Carlos André.

Vou falar sobre a área da Educação.

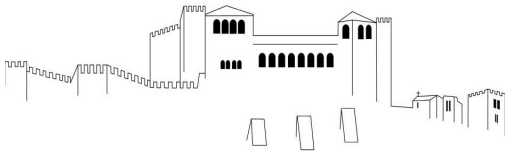
Olhamos para este documento de orientação estratégica para a década 2020-2030, na sua dupla expressão:

- Não é cem por cento exaustivo.

- Não pretende alcançar uma cobertura total.

Também não se fecha nem nas fronteiras do imediato, nem na ilusão de um futuro mais-que-perfeito.

Permite compreender o modo como o passado está inscrito na experiência atual da política educativa autárquica e como o futuro se insinua na história presente.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Este documento dá ainda um quadro de referências que consideramos como uma base de trabalho a dimensionar.

Ora, como sabemos, toda a EDUCAÇÃO contém uma certa ideia do futuro e uma certa conceção dos seres que viverão este amanhã.

Por isso, precisamos de vistas largas.

De uma política educativa autárquica ampla, assente na construção de uma escola inclusiva, com carácter transversal e inovador.

Nesta matéria sabemos ONDE ESTAMOS. Tais evidências estão bem expressas na página 125 do documento em análise.

Importa agora saber PARA ONDE QUEREMOS IR, na próxima década.

O GRANDE DESAFIO é FAZER A DIFERENÇA NA EDUCAÇÃO!

ESTAR UM PASSO À FRENTE.

Deixamos aqui algumas METAS GLOBAIS que apresentam um maior potencial para o processo local da próxima década.

Estas deverão ser projetadas com base em objetivos de ação estratégica locais a fixar, na capacidade de resposta institucional para a sua concretização e em debates pluralistas.

Vamos então enunciar de seguida algumas dessas METAS GLOBAIS:

- Dar escala à descentralização de competências da Educação já em curso. (16 dezembro de 2020).

O território deverá ser a âncora do desenvolvimento.

A TECNOLOGIA vai marcar a próxima década num novo paradigma educativo.

Está aqui uma oportunidade para se apostar na ESCOLA DIGITAL, em articulação com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Como?

- Através de um PROJETO INTEGRADO E EM REDE com o objetivo de melhorar as aprendizagens e promover o sucesso escolar (a integrar no Projeto Educativo Municipal)

- Apostar também nos Manuais Digitais.

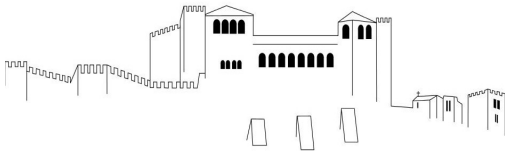
- E na criação de outro Centro de Recursos de Inovação das Aprendizagens (CRIA), já que entretanto foi criado um na Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira (BMALV).

- E ainda, na CRIAÇÃO DE SALAS DE INOVAÇÃO EDUCATIVA nas escolas sede dos Agrupamentos/Escola Secundárias (mobiliário móvel, "tablets", painéis interativos e equipamento de introdução à robótica e programação).

Outras metas globais:

- VALORIZAR o tempo de atividade lúdica e criativa, o direito ao brincar, ao tempo livre, ao lazer, ao bem-estar e à saúde das crianças e jovens.

COMO?



Município de Leiria
Assembleia Municipal

- Oferecer **SERVIÇOS DE QUALIDADE** que promovam a conciliação entre a vida familiar e profissional, através das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família no 1.º ciclo do Ensino Básico (CAF).
 - Na ESCOLA A TEMPO INTEIRO, a oferta das Atividades de Enriquecimento Curricular (1º Ciclo) deve ser focada para áreas de competência chave do Perfil do aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, com áreas comuns a todos os Agrupamentos (por exemplo, Educação Física / atividade desportiva), para além de outras áreas livres.
 - Promover a Cidadania e Desenvolvimento - através de programas de educação para a cultura científica e artística de base humanista, numa estreita articulação com o Plano Nacional das Artes.
 - Implementar Conteúdos Curriculares Locais e/ou disciplinas curriculares nas áreas da Programação e Robótica; Empreendedorismo; Cidadania; História local, outras áreas, numa lógica de territorialização curricular.
 - Criar um projeto em rede de trabalho experimental das Ciências nos jardins de Infância e escolas do 1º Ciclo – com ligação ao Politécnico e ao programa Ciência Viva.
 - Manter as equipas multidisciplinares de combate ao insucesso e abandono escolar.
 - Criar uma rede de ação integrada de todos os serviços de psicologia e orientação, a funcionar nos Agrupamentos/Escolas.
 - Promover programas de Formação Parental em articulação com as Associações de Pais, Centros de Formação e Agrupamentos/Escolas do Concelho.
 - Implementar um processo de autoavaliação dos Agrupamentos/Escolas, com base num modelo uniforme.
 - Definir referenciais de qualidade para todos os Agrupamentos/Escolas do Concelho.
 - Harmonizar os horários de funcionamento dos Agrupamentos e ES do Concelho.
 - Reabilitar as escolas do 2º, 3º Ciclo e Escolas Secundárias.
 - Reconfigurar a rede de transportes escolares.
 - Valorizar o Ensino Profissional na relação escola-meio empresarial e apostar no alargamento e qualificação das ofertas nas escolas públicas.
 - Apostar na formação ao longo da vida – Centros Qualifica.
- Tenho dito.”

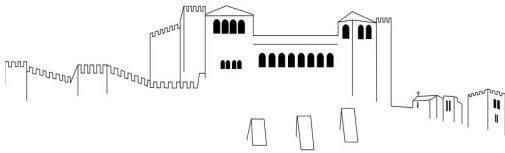
Intervenção do senhor deputado Rui Passadouro - PSD/MPT

Transcrição:

"Na pessoa do Sr. Presidente cumprimento todos os presentes, bem como aqueles que nos seguem nas redes sociais.

Um cumprimento especial ao Professor Doutor Carlos André e à sua equipa.

As expetativas relativamente a um documento estratégico para Leiria em 2030 têm de ser obrigatoriamente elevadas, em todos os setores.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Relativamente à área da saúde são referidos como prioritários o Hospital e os Centros de Saúde, no entanto, denoto no documento alguma secundarização na intervenção dos cuidados de saúde primários relativamente à do hospital.

Em toda bibliografia científica e nos planos de saúde os cuidados de saúde primários são considerados a base do sistema, e daí deverem ser a prioridade, já que a melhoria do estado de saúde das pessoas é mais efetiva quando se controlam as doenças crónicas e se intervém nos estilos de vida, prevenindo as doenças e promovendo a saúde, e estas são atividades inerentes aos cuidados de saúde primários.

No decurso desta pandemia, e reconhecendo que o Hospital tem tido um papel relevante, os CSP através dos seus profissionais têm desempenhado um papel essencial, sem mediatismos.

Recordo as Intervenção em lares, empresas, seguimento de doente COVID e dos seus contactantes (cerca de 7000 doentes e 14000 contactantes) e agora a vacinação. Para além da COVID ainda se manteve a atividade básica, com os constrangimentos que todos conhecem.

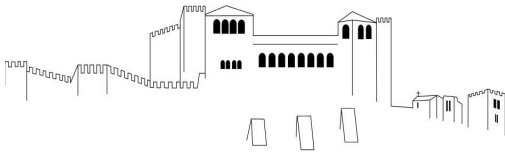
Nesta assembleia tenho referido em múltiplas ocasiões a necessidade de uma valorização das instituições de saúde, quer do hospital quer dos CSP. Referi nesta assembleia a necessidade de uma ampliação da estrutura e da oferta de serviços do Hospital de Leiria, de forma a adequar a sua dimensão e complexidade de serviços às cerca de 400.000 pessoas que serve. Não idêntico neste documento referencia ao documento estratégico elaborado pelo próprio CHL.

OS CSP estão em reorganização constante, no sentido de uma melhoria continua sendo as Unidades de Saúde Familiares o modelo de organização consensual, já que o modelo de grandes centros de saúde está ultrapassado. Quero com isto dizer que as ideias chave, na área da saúde, que constam no documento de reflexão agora apresentado já foram por nós referidas nesta assembleia.

Congratulo-me, no entanto, por ver a área da saúde num documento estratégico, já que a saúde é um pré-requisito para um desenvolvimento sustentável. Este documento poderia ter sido mais rico se tivesse incluído alguns profissionais do setor dos CSP no grupo de trabalho, o que parece não ter acontecido.

Por fim, recomendo vivamente que na estratégia para 2030 seja considerada a abertura que a sociedade já tem relativamente ao sistema de saúde. Os leirienses já optam livremente pela complementaridade entre a prestação do Serviço Nacional de Saúde, do setor privado e do setor social. Todos constituem o nosso Sistema de Saúde e serão certamente parceiros na construção de um futuro na área da saúde no concelho e na região.

Disse.”



Intervenção do senhor deputado José da Silva Alves – PS

Transcrição:

"A maioria dos governantes e dos agentes políticos não tem tendência para olhar o longo prazo, especialmente em momentos de crise. E menos ainda para apostar em políticas públicas ou investimentos estruturantes com antecipação, dedicando-se, quase exclusivamente, a tocar ações imediatas ou "apagar incêndios". A nossa sociedade também não ajuda muito porque sofre de idêntico defeito. Felizmente que em Leiria não é assim.

Na verdade, o futuro não se adivinha nem se deixa ao acaso, o futuro constrói-se.

O primeiro passo para a construção de uma boa visão de futuro é elaborar uma resposta consistente para três questões: onde estamos; como chegamos até aqui e o que queremos no futuro.

O mundo vive em incertezas. E estas são crescentes à medida que se avança no horizonte do tempo. Contudo, é possível identificar as propostas que com algum grau de segurança que podem concretizar-se em tal período, pese embora a sua possível evolução no tempo. E não basta executar as ações já sedimentadas e consensuais, a ousadia é importante. Sem ousadia Lisboa não era o que é na sua baixa.

Há benefícios óbvios na reflexão e planeamento estratégicos quer em termos da liderança, de sensibilidade, da avaliação das estratégias e políticas, das competências, da perceção dos agentes e institucional e social do processo de mudança e do ambiente externo. Sem dúvida que a velocidade e qualidade das decisões e ações sai claramente melhorada. Com a participação de cidadãos e instituições a nova realidade é mais democrática e sobretudo melhor compreendida e aceite.

Tornou-se assim evidente para Leiria, para o executivo municipal, a necessidade de construir um documento com a identificação das ações, orientações estratégicas e desafios respeitantes a esta década que permita definir prioridades e afetar recursos.

Uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial visa dar origem a uma visão conjunta que identifique os principais constrangimentos e os desafios para os próximos dez anos, bem como as prioridades de intervenção no concelho e se possível prever a afetação não só de fundos municipais, mas também de fundos comunitários e em alguns casos previstos no documento também de fundos intermunicipais.

O horizonte de planeamento de dez anos, traz, além de uma visão de longo prazo para as ações a serem empreendidas, um intervalo de tempo que supera a duração do mandato, dando ao plano uma característica de ser um "plano de estado" e não de um executivo municipal.

Um plano estratégico que venha a suceder a este documento, a esta reflexão, estabelecerá uma trajetória de futuro para o concelho que não devemos minimizar.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Todas as críticas políticas ou não à oportunidade, ao conteúdo ou à forma do documento e de todas e cada uma das medidas propostas não nos deve deixar de refletir o nosso futuro. Esta é uma oportunidade soberana que nos é trazida pelo autor e sua equipa a convite do Sr. Presidente da Câmara que daqui em diante assume naturalmente as suas escolhas. Temos de ter presente que estamos em ano de eleições e que o atual presidente tem uns meses de mandato pela frente. Isto significa que o documento em apreço é nosso e não apenas deste executivo, terá forçosamente de ser refletido nos próximos mandatos autárquicos por quem vier a dirigir o nosso município.

O documento em questão apresenta pistas, identifica caminhos que vão do urbanismo ao ambiente, da educação à cultura, da mobilidade ao empreendedorismo e ao digital. Leiria ficará mais evoluída, mais inteligente e sustentável e sobretudo um concelho mais integrado no seu conjunto, ou seja, das 18 freguesias à cidade.

Este documento, como se constata, foi objeto de grande participação de cidadãos e instituições embora com algumas recusas, injustificadas por vezes, de quem hoje o critica.

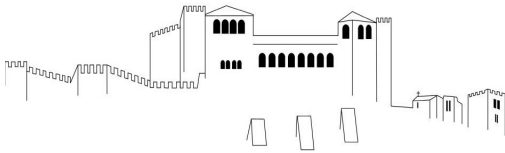
De facto, planear é uma atividade cada vez de resultado mais incerto atenta a volatilidade dos tempos e os imponderáveis. Alguém podia há dois anos prever a nossa situação atual?

No meio de tanta instabilidade é essencial convergirmos no essencial dispensando o acessório.

Ora, o documento enuncia uma série de aspetos da governação autárquica com os quais muitos de nós estaremos de acordo e que são de manter. Mas, também temos de ter a coragem de ousar. Leiria para ter relevo tem de ser diferenciadora e diferenciada dentro da sua região e mesmo na concorrência com cidades médias do nosso país. Hoje procura-se o que é autêntico, o que é diferente. Acrescentar mais valia ao concelho e mesmo à região, seja nos produtos tradicionais seja na inovação é um desiderato a alcançar.

Fazermos só coisas diferentes não chega. Para que Leiria seja um cidade e concelho atrativo de pessoas e investimentos necessário se torna que a sua imagem seja projetada nacional e internacionalmente. O que não se conhece não existe. Isto é referido no documento em apreço.

Um aspeto a relevar é a questão da mobilidade. Uma visão estratégica de mobilidade. É importante que se devolva a cidade aos peões, mas para que resulte temos de ter uma aposta grande nos passeios, ciclovias, zonas verdes, cultura, desporto, etc. Mas, tudo isto sem parques periféricos de estacionamento e tudo isto sem transportes urbanos e concelhios ou mesmo interconcelhios adequados não vai ter sucesso ou pelo menos não suscita a adesão de muitos dos nossos concidadãos.



Município de Leiria Assembleia Municipal

As freguesias têm de estar unidas à cidade embora devam ser polos territoriais, culturais e urbanísticos com características próprias e valorizadas.

Até por questões ambientais (mas não só) a ferrovia é a aposta. A linha do Oeste deve manter-se, mas atenta a sua pouca eficácia para grandes distâncias, temos de apostar claramente na paragem em Leiria do comboio de alta velocidade. Esta paragem diferencia Leiria em relação a muitas outras cidades como Aveiro, Viseu e Coimbra. A alta velocidade é o futuro.

O IPL/universidade, os centros de formação e tecnológicos, as novas conceções de parques industriais, a dinamização da componente comercial do concelho com as suas feiras e mercados, centros de exposição, etc. serão indispensáveis e muito ajudarão a fazer de Leiria um concelho diferente e líder regional. A isto juntar-se-á uma cidade diferente mais amiga dos habitantes, mais verde, mais eclética, uma cidade líder no desporto, na cultura e em múltiplos aspetos que a farão sobressair. Uma cidade sustentável, onde dê gosto viver e visitar.

Tal como Lisboa gostaríamos que Leiria fosse uma cidade de bairros, um concelho de empreendedores, de festa e de modernidade e inovação.

Seriam 4 objetivos estratégicos. Bairros seriam não apenas os históricos, mas sobretudo as novas urbanizações onde quase nada há que as una, que lhes dê substância coletiva.

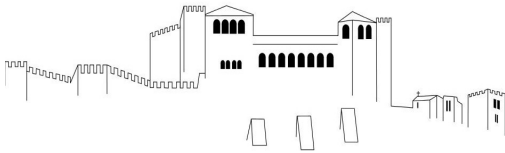
Um concelho empresarial, dinâmico, do conhecimento e iniciativa e do trabalho. Concelho acolhedor de empresas e organizações em espaços de excelência, promovendo o empreendedorismo, aumentando o emprego, a produtividade, criação de riqueza sobretudo em sectores avançados da economia potenciadores de elevado valor acrescentado e tudo numa visão interconcelhia atentas as proximidades com concelhos vizinhos com afinidade com Leiria.

Basta ler o índice do documento para vermos o âmbito do mesmo sendo que cada análise sectorial ou mesmo de cada medida nos ocuparia muito mais que a duração desta sessão e muito mais dos 5 minutos de que dispomos. Contudo, o objetivo não é esse, mas apenas a de pugnar pelas mais valias da reflexão proposta, pela mais valia da iniciativa municipal, pela vontade de que nos sentimos animados de ponderar e escolher o nosso futuro coletivo.

Neste sentido estão de parabéns todos os intervenientes que justificam a nossa presença e debate.”

Intervenção do senhor deputado **Domingos Carvalho - PSD/MPT**

Cumprimentou todos os participantes na sessão não deixando de dar uma saudação especial ao professor Doutor Carlos André pela disponibilidade manifestada para a execução deste trabalho. Começou por questionar a data para esta Assembleia pois considera que a mesma foi uma má escolha uma vez que leva a que a sessão seja feita



Município de Leiria Assembleia Municipal

em formato compacto e a intervenção da Assembleia nesta matéria não é de grande relevo ou face à humildade que o autor do texto teve em passar do plano estratégico para reflexão estratégica será também uma forma alternativa de a poder minorizar. Disse que pessoalmente vê neste documento uma boa base de trabalho, especialmente pela compilação de questões e problemas que estavam espalhados por múltiplos locais que todos conheciam, mas se tivessem de os elencar não seria fácil que todos conseguissem fazer uma elencação de qualidade das questões apresentadas. Referiu existir um aspeto que não pode deixar de manifestar, porque apesar de se estar apenas perante uma reflexão quando o documento apresenta soluções apresenta opções a poderem ser tidas em conta no futuro, achando que seria determinante para a credibilidade da apresentação, porque com todas as pessoas que foram contactadas havia condições para isso, ser apresentada uma ideia de custo, uma ideia de verbas para cada solução. Esclareceu não estar a falar da apresentação do orçamento, pois uma coisa relativamente fácil com pessoas ligadas às áreas de atividade é determinar uma ideia do custo de cada solução, ou pelo menos uma ordem de grandeza que permitisse também valorar o que é que está aqui em causa para a próxima década em termos de necessidade de investimento, porque essa será sempre a questão crítica de todo este processo.

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Transcrição:

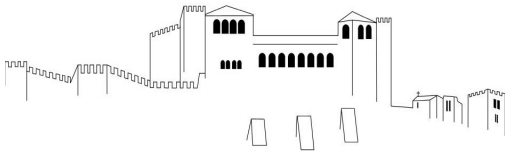
"Aspeto fundamental numa abordagem global do território é o que diz respeito à mobilidade e transportes. O documento incide muito sobre mobilidade e pouco sobre transportes, especialmente sobre transportes públicos.

Em nossa opinião, a Mobilidade deve ser entendida como um direito universal cujo acesso deve ser garantido pelo Estado no sentido lato (Administração Central e Local). Concordamos que deve ser encarada à escala regional e que isso "passa (...) pela capacidade e coragem de projetar um sistema de transportes à escala da CIMRL".

Concordamos com muitas outras ideias como a intermodalidade, a interconexão entre estacionamento periférico e transportes para o centro, o ajustamento do sistema de transportes a uma plataforma integrada, o privilégio do recurso à energia elétrica, a redução dos tempos de espera.

Concordamos, sobretudo, que é tempo de Leiria "possuir a sua própria empresa de transportes públicos", embora o documento nos pareça algo contraditório sobre este assunto.

Mas perguntamos: a montante de tudo isto, não será altura de ser definida uma estratégia de mobilidade e transportes para a década, alternativa à situação atual, ou seja, total ausência de qualquer estratégia para os transportes e a mobilidade no concelho e na região?



Município de Leiria Assembleia Municipal

Não será esse o primeiro passo, antes de se pensar na localização de uma nova estação rodoviária, de um hipotético novo modelo de transporte escolar, etc.?

Ainda sobre a mobilidade, não temos a certeza de alguma vez conseguirmos ter uma cidade com utilização massiva da bicicleta. Mas, Leiria tem tudo para ser uma cidade de uso intensivo de deslocações pedonais.

Para tal, a defesa do peão tem que ser uma prioridade: alargando os passeios, aumentando a largura das passadeiras, aumentando as zonas de sombra e não lhes retirando espaço para inventar ciclovias.

É ao automóvel que as bicicletas têm que tirar espaço, obrigando-os a uma marcha mais lenta. Não ao peão.

Sobre este tema da mobilidade, e por último, não podemos deixar de referir o velho sonho de abertura do aeroporto de Monte Real à aviação civil.

Diz-se no Relatório que "a abertura da Base Aérea de Monte Real à aviação civil, para certos voos previamente definidos, é um assunto já sobejamente debatido e estudado". A questão da abertura da BA nº 5 ao tráfego civil não é uma questão tão estudada assim.

Mais uma vez, sem Plano Estratégico a reflexão sobre esta questão perde um pouco de sentido.

Sabe-se agora que Leiria, até final da presente década, estará ligada por um serviço ferroviário de alta qualidade integrada na nova Linha de Altas Prestações Norte-Sul cujo tempo de ligação a Lisboa deve ficar à volta da 30-40 minutos. No caso da Linha do Oeste, o tempo de ligação a Lisboa por um serviço regional ferroviário não deve ser inferior a 2 horas.

Para que servirá nesse caso uma abertura do tráfego aéreo civil na BA nº 5? Não fará sentido repensar tudo isto no âmbito do que é melhor para a sustentabilidade do território desta Região em que estamos inseridos?

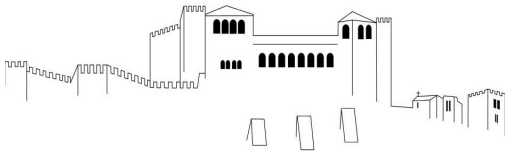
Mas, admitamos por um momento que sim, que fará sentido a abertura da BA nº 5 para certos voos previamente definidos.

Como se chega à Base Aérea? Por via rodoviária, claro.

Numa década em que o Secretário-Geral da ONU, Engº António Guterres, convida todos os países do mundo a defender a aprovação da declaração de emergência climática e em que a recente situação pandémica lançou as companhias aéreas na crise que se conhece, fará sentido pensar numa nova infraestrutura aérea sabendo que aviões são um dos principais agentes de emissões de CO2 e para a qual o acesso só poderá ser feito por transporte rodoviário?

Como se costuma dizer, "isto anda tudo ligado". E, no que aos transportes diz respeito, esta é uma verdade indiscutível.

Finalmente, um breve apontamento sobre a questão ambiental.



Município de Leiria
Assembleia Municipal

Se a Estratégia de Mobilidade e Transporte nos parece ser o ponto de partida obrigatório para qualquer intervenção nessas áreas, a aplicação do previsto na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas e a despoluição da bacia hidrográfica do Lis e do Lena são os pontos-chave de qualquer intervenção na área ambiental.

No que a este último caso diz respeito, e depois das hesitações da administração central, exige-se uma mobilização de todos os concelhos afetados que Leiria deve liderar, antes de mais para conseguir a construção de uma Estação de Tratamento de Efluentes Suinícolas, com dinheiro público e funcionando segundo o princípio do utilizador-pagador. Ao fim e ao cabo, o mesmo que se fez com as infra-estruturas de abastecimento de água e de saneamento.

Por último, importa começar a ter em conta os custos ambientais das atividades autorizadas para o território, corrigindo a grelha de avaliação que define o interesse estratégico das empresas.

São estes os pontos que nos parecem carecer de uma primeira discussão. Aliás, não é por falta de estudos que a Câmara não define prioridades porque, quer o já referido Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas, quer o Relatório Sobre o Estado do Ordenamento do Território e o Diagnóstico social do concelho de Leiria, são muito claros sobre o caminho a seguir.

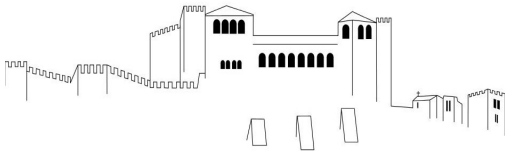
Arrisco até a dizer que, haja vontade do Executivo, e até o Programa do Bloco de Esquerda para as Eleições Autárquicas de 2017 pode dar uma substancial ajuda. E de borla.

É tudo.”

Relativamente à tempestividade da apresentação do documento referiu ser estranho, apesar de se poder considerar o documento pertinente ou não, que o mesmo tenha sido encomendado a um ano das eleições autárquicas para se prever um plano a 10 anos. Afirmou ser um pouco “arrogante” o fato de o senhor Presidente considerar que este documento possa vir a ser levado a cabo por todos ou por um eventual putativo Presidente da Câmara que poderá vir a ser eleito.

Intervenção do senhor deputado Acácio de Sousa – PS

“Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal, Deputadas e Deputados municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias, Vereadores, convidado Professor Carlos André/aos munícipes e srs. jornalistas Como o autor diz logo no início, produzido o documento ele é devolvido à cidade para quem quiser, o assumir como compromisso. Isto é, os munícipes poderão aderir às propostas ou não, discuti-las e mostrar o seu parecer, porque é um documento de reflexão. Encaro-as como desafio de análise a fazer por todos, tal como a Câmara o fará para perceber o que pode ser prioritário e exequível. Nem o documento é do PS como



Município de Leiria Assembleia Municipal

nada há que leve a que os planos normativos sejam desconsiderados, pelo contrário, o que se quer é trabalhar dentro deles com ambição.

Vir à A.M., com o acordo de todas as forças políticas, para uma primeira discussão, isto não deixa de ser um indicador de se tratar de forma digna tanto a A.M. como o próprio documento elaborado.

Um concelho não vale por si, isolado, mas pelas conexões que estabelece. É necessária uma visão integrada da Região. Contudo, é também necessário partir de algumas premissas para observar este território. O que vejo ali como grandes objetivos são:

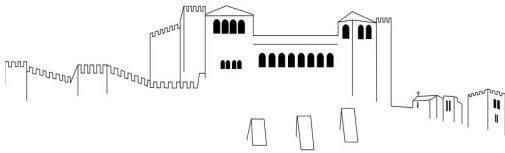
- uma afirmação da liderança regional - Não há região competitiva sem liderança no sentido de ser um polo agregador, como é dito. Em Leiria está sediada a maior concentração de massa crítica e a valência económica mais notória da região. Em cooperação com todos, e com naturalidade, estes pilares terão que vir acima

- Leiria deve assumir uma marca diferenciadora, fugindo a "slogans" estereotipados. Deverá assentar num conceito de smart city, verde, digital e ordenada, envolvendo todo o território concelhio e prever a superação de dificuldades, para ser cada mais atrativa. Reter e atrair jovens talentos é uma estratégia que a autarquia terá que aprofundar com vários parceiros.

Não queremos a leiria provinciana, quase aldeia sertaneja, do Eça, nem a perda de identidade e muito se tem feito, mas quer-se mais e ainda melhor. É este sentido de polis para o futuro, conforme se lê, ou sucesso coletivo no futuro como disse o sr. Presidente da Câmara, que se mostra a importância de um modelo que deve cruzar alguns pilares estratégicos que são a chave de todas as políticas públicas: A Qualificação das pessoas; estruturas económicas; acessibilidades; o Ambiente; a Coesão Social;

E todas as políticas públicas deverão confluir para a coesão social, como dizia um mestre da cidadania, Tomás de Oliveira Dias, porque ela é a consequência do desenvolvimento harmonioso e não, apenas, do crescimento. O bem-estar virá da produtividade e das comodidades de vida e do sentido de pertença daquilo com que nos identificamos.

E tudo se cruza, nada poderá ser tratado de forma estanque. Se uma solução para a zona histórica da cidade é a criação de residências para jovens quadros, isto não se dissocia do empenho na preservação do edificado, coisa comumente mais associada a residentes de longa duração que também são um garante para sobrevivência do comércio tradicional. Juntamente a isto, há que ver a "movida" da noite que terá sempre que existir, mas tem que ser conciliada com o direito ao descanso dos moradores, se não, fugirão. A regeneração urbana ou o reavivar da leiria histórica deve acontecer sem colidir com leiria moderna. Este triângulo: residentes-comercio-movida é um tema antigo e este trabalho traz novas propostas que cabem no tema mais alargado da habitação. Este mereceria um debate público.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Não temos que ser extraordinários em tudo, mas temos que ter oportunidade de termos boas respostas para nós, grupo social, e para o ganho de notoriedade da nossa terra.

No desporto é extraordinário o trabalho associativo, que envolve centenas de famílias, tanto que Leiria vai ser capital de desporto e mesmo nos setores aparentemente com menores recursos, é fantástica a forma como o atletismo incubado em Leiria tem dado cartas no mundo. Urge garantir condições para esta continuidade.

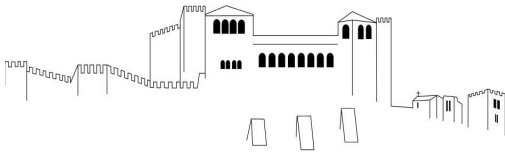
Mas, vale a pena particularizarmos a cultura. Não vou elencar, a partir das propostas deste documento, situações ou protagonistas porque quando se elencam uns corremos sempre o risco de nos esquecermos de outros com tanto ou mais história, ou tão ou mais importantes, sabendo que a cultura prima pela subjetividade do gosto.

O documento, com as propostas avançadas, leva-nos a refletir sobre a política cultural autárquica, naquilo já assente num outro plano estratégico e naquilo em que deve estar atenta. Esta deve reservar para si, sobretudo, a execução daquilo que os agentes culturais não têm mesmo capacidade para efetivar, como a preservação do património, os museus, arquivos e bibliotecas públicas, edições não comerciais, mas de referência, ou eventos de grande alcance como a Ronda Poética em curso. A autarquia o que já faz e deve insistir cada vez mais, é ajudar a capacitar e a promover. Capacitar/contratualizar serviços/avaliar são os 3 passos na relação entre a autarquia e quem recorre aos seus apoios, sabendo ainda assim que há agentes culturais que assumem a sua liberdade ou maturidade com ótimas iniciativas sem apoios públicos, assim como há agentes culturais que são empresas e para esses há inibições legais quanto aos apoios municipais.

Em Leiria a Música e a Dança são incontornáveis, não só pela História antiga e recente, como pela grande qualidade e inovação apresentadas, entre o popular, o clássico e o contemporâneo numa nova atitude pedagógica e inclusiva. É, de facto, uma relação umbilical. A UNESCO já o reconheceu com a Cidade Criativa, e a promoção daquilo que é bem feito deve ganhar asas.

Já a candidatura a Capital Europeia da Cultura é um desígnio exemplar de uma grande rede que não mexerá apenas com a criação artística, ou o património construído e imaterial, mas irá mexer também com a dinâmica económica da Região por tudo aquilo que mexerá com o Turismo e com as dinâmicas de produção e de consumo. Isso também obriga a que se perceba o que é diferenciador.

Onde está a marca cultural de Leiria? No castelo, sem dúvida, pois todo o património existente dentro da cerca da antiga cidadela passa a ter condições de valorização, de conhecimento e de investigação extraordinárias. A rede museológica, também deve ser inovadora, associando núcleos de diversas temáticas, devendo constituir um museu multipolar de grande referência.



Município de Leiria Assembleia Municipal

Outros setores serão diferenciadores, conforme são indiciados, tanto no que toca à criação artística como ao rico património imaterial que possuímos e que assenta em programação consistente, na sustentabilidade e no potencial para a comunicação. Em Leiria há bem mais do que uma iniciativa com este potencial, e há lastro para outras serem criadas. Algumas estão ali referidas, mas como disse, não me cabe a mim, aqui e agora, avaliá-las e elencá-las porque o risco de deixar de fora quem muito pode merecer, seria grande.

Leiria é um concelho com história que terá cada vez mais uma dinâmica moderna e fulcral no futuro. Este documento que veio hoje à A.M. faz-nos pensar e acreditar em muito que pode ser feito. Ainda bem.”

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José** comunicou que iria abrir uma nova ronda para quem ainda tivesse tempo disponível. Fez saber o tempo disponível para cada partido.

Intervenção do senhor deputado **Gastão Neves – CDS-PP**

Cumprimentou todos os presentes.

Começou a sua intervenção referindo que o trabalho que o senhor Professor Carlos André trouxe à Assembleia e apresentou em seu nome, embora todos saibam que teve um grupo de acompanhamento e várias pessoas e personalidades foram contatadas para participarem neste projeto, é um plano de reflexão que foi naturalmente aquilo que a Câmara, nomeadamente o Município de Leiria, lhe pediu tendo sido esse trabalho encomendado. Na sua opinião, a Câmara não precisa de um plano de reflexão pois estamos a entrar numa década e está-se aqui a falar num plano de reflexão que ainda se está a discutir e que vai ser discutido. Disse não ter dúvidas nenhuma que se vai esgotar a década a refletir e a discutir um plano. Afirmou que o que a Câmara precisa é de um plano estratégico de desenvolvimento integrado do concelho.

Continuou dizendo que quem, no fundo, se disponibiliza a apresentar um plano à Câmara fá-lo mediante aquilo que a Câmara pediu. Referiu não ter dúvidas que se a Câmara tivesse lançado mão de um PROT, um programa Regional de Ordenamento do Território, ou até de um PDM, Plano Diretor Municipal, esse instrumento seria um instrumento que lançaria muito mais estratégias, hipóteses e pistas para o desenvolvimento do concelho do que este plano de reflexão. Considera que pelas dinâmicas que a própria Assembleia suscitou e, nomeadamente, pela intervenção da maioria dos deputados, isto é um plano de reflexão, plano esse que lançado e apresentado no 1º trimestre de 2011 vai ser discutido durante vários anos esgotando essa década. Continuou dizendo que a questão que estranha é que a Câmara devia ter um programa de desenvolvimento ousado, com uma estratégia, estando já nesta década a ter-se um plano de ação. não um plano de reflexão. Na sua opinião o plano de reflexão feito num final de ano de 2020, a entrar

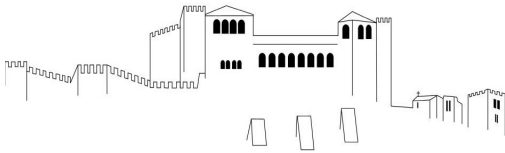


Município de Leiria Assembleia Municipal

numa década e sem reunir técnicos especializados nas várias áreas é um plano estratégico de reflexão para ficar numa prateleira para memória futura. Dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara mencionou que este identificou pessoas que espelham a sociedade Leiriense, tendo falado até na juventude, o que o levou a questioná-lo sobre quais foram os critérios para identificar essas mesmas pessoas.

Referiu que quando se fala numa pousada para o edifício onde neste momento está instalada a PSP aquilo que o preocupa é que não há estratégia numa definição política de futuro porque a PSP é uma polícia de proximidade que se for deslocalizada para fora da cidade faz com que se perca a segurança dentro da cidade. Reforçou que a PSP é uma força policial urbana, não uma força policial para estar instalada fora da cidade. Por outro lado, disse que lançar uma pousada é uma utopia pois é semelhante a começar a casa pelo telhado. Supondo que se vai instalar lá uma pousada questionou onde é que os turistas que chegam ao Leiria vão estacionar. Mencionou um projeto de um silo fora da cidade, numa zona periférica com transportes públicos ou privados, com a prestação de serviços na área do turismo, algo que não existe. Por outro lado, é de opinião que as ideias são lançadas com alguma utopia, mas, por outro lado, não se pensa de raiz. Entende que não existe um sentido estratégico de pensamento porque não se reúnem técnicos especializados nas várias áreas que possam suportar sob o ponto de vista económico, estratégico e técnico o desenvolvimento de uma ideia. Defendeu que este programa de reflexão é um programa que vai ser esgotado durante 10 anos quando a Câmara tinha meios técnicos para, através de um Programa Regional de Ordenamento do Território ou através do Plano Diretor Municipal, lançar grandes linhas com estratégia nas áreas do desenvolvimento económico, turismo, indústria.

Reconheceu ser um programa com boas intenções, mas sob o ponto de vista público, tem de existir algum “decoro” na forma como são utilizados os dinheiros públicos, os dinheiros dos cidadãos, dos munícipes, isto porque, na sua perspetiva, este plano estratégico e um plano que tem um determinado custo, pago obviamente, em termos de direitos de autores, com um grande benefício fiscal para quem o faz. Por outro lado, disse que se a Câmara tem lançado mão dos seus departamentos técnicos, de quem, no fundo, percebe das respetivas áreas teria apresentado um programa que não era de reflexão, mas sim de ação em que já se estaria a agir para o futuro. Considera que falta essa visão estratégica à Câmara, uma visão estratégica integrada porque este plano só fala do centro histórico da cidade, tendo questionado sobre os centros históricos que existem nas várias freguesias. Uma vez mais referiu que não existe uma visão estratégica integrada do concelho, não existe uma visão de futuro, não existe um programa de mobilidade para o concelho. Apresentou o exemplo do aeroporto de Monte Real, do qual, do ponto de vista pessoal, tem uma ideia - é uma utopia. No desempenho das suas funções políticas lutará



Município de Leiria
Assembleia Municipal

sempre pelo desenvolvimento económico, mas considera ser uma utopia, porque está-se a falar da instalação de um aeroporto, mas não existem as redes viárias, as redes ferroviárias necessárias. Considera que não existe um sentido estratégico de desenvolvimento algo que lhe faz pena, porque perde-se tempo a discutir uma coisa de reflexão quando se devia estar a discutir uma ação. Concluiu a sua intervenção dizendo ser isto o pensamento pequeno de não desenvolvimento, de não futuro, de não se saber para onde se quer caminhar pois ainda se está a refletir.

Intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Colmeias e Memória, Artur Santos

Transcrição:

"Cumprimento todos os que assistem a esta assembleia extraordinária, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia.

Como em tudo na vida, é essencial que no presente, olhando o passado, se projete o futuro.

E sim, todo o projeto é indispensável, onde os alicerces que dele fazem parte, possam estar devidamente calculados, para suportar todo o edificado. Caso contrário, tudo pode desmoronar.

O trabalho do Dr. Carlos André, é o alicerçar daquilo que poderá ser uma grande construção.

Poderão ser realizadas correções?...no meu ponto de vista, é claro que sim... Todo o projeto as tem... No entanto, a coluna vertebral da estrutura para o desenvolvimento do Concelho e mesmo do Distrito, encontra-se neste documento...

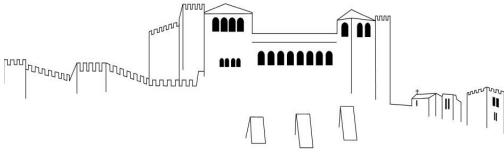
É importante agora, que o coordenador deste projeto saiba estabelecer prioridades tendo em consideração a implementação deste estudo...é necessário no meu entender, constituir uma comissão de análise e de decisão, que seja consciente que o sucesso de muitas medidas expostas, dependem de uma economia forte e saudável, aliada ao sucesso escolar...

Como escreve o Dr. Carlos André e no meu entender, bem, Leiria possui a quantidade certa de tudo...não poderemos, no entanto, permitir o desequilíbrio dessas mesmas quantidades com um crescimento desequilibrado...daí a necessidade de uma comissão com conhecimentos técnicos e de finanças, que possa aconselhar o executivo Camarário a desenvolver este excelente trabalho realizado.

Realço também quando o Dr. Carlos André descreve que...

Leiria tem de saber assumir-se como âncora de todo o território e desempenhar a difícil missão de líder agregador de todo o espaço que o constitui.

É importante que todos possamos ter essa consciência, que Leiria não é só cidade, mas um Concelho constituído por 19 freguesias... Leiria tornar-se-á muito mais forte quando o



Município de Leiria
Assembleia Municipal

crescimento for conjunto...caso contrário, assistiremos á total desertificação das freguesias rurais com consequências imagináveis...é necessário saber alavancar todos os benefícios existentes por viver no meio rural, proporcionando infraestruturas que se traduzam em qualidade de vida para os que neles residem.

Fala também,

numa solução para o problema das suiniculturas sendo que Leiria é conhecida pelos piores motivos...proferindo também, que se deve fiscalizar com o dever de atuar...

Concordo em absoluto, no entanto, é urgente a envolvência política numa solução que sirva os suinicultores, as pessoas e o meio ambiente... este é um problema sendo necessário de uma vez por todas parar de olhar para o lado ficando á espera que um milagre aconteça...a suinicultura é uma indústria e tem de ser vista como tal...

Como refere e muito bem, é necessário urgentemente avançar com um estudo para a possibilidade de criação de um parque agrícola para suiniculturas...

Deixo como sugestão, que não será somente um, mas vários afim de evitar uma grande concentração de suiniculturas numa só freguesia, devendo todas as pecuárias existentes com condições serem mantidas, desde que possam ser servidas por mini etes a construir.

Parabéns Dr. Carlos André por todo este excelente trabalho."

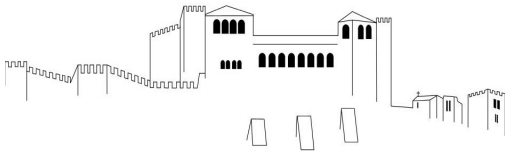
O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António Sequeira**, comunicou aos senhores deputados a situação atual relativamente aos tempos tendo questionado se dentro dos partidos que possuíam ainda tempo se alguém se pretendia inscrever ou se mais ninguém quer intervir. Mencionou o pedido da senhora Presidente da União de Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, Eulália Crespo, que pretendia intervir. Dado que o seu grupo já não tem tempo disponível e conforme o que foi previamente combinado na Comissão de Líderes e muito especialmente nestas reuniões feitas por videoconferência é que as intervenções têm que passar pelo líder da bancada, o que devia ter sido feito.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António Sequeira**, referiu não se importar de dar um minuto ou dois, no máximo, tendo a senhora deputada Joana Cartaxo disponibilizado o restante do seu tempo disponível para o efeito uma vez que já não pretendia intervir mais. Os restantes líderes que ainda possuíam tempo disponível disponibilizaram o mesmo para a intervenção.

Intervenção da senhora Presidente da União de Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa, Eulália Crespo

Cumprimentou todos os presentes.

Manifestou a sua gratidão a todos os colegas que lhe cederem o seu tempo para que ela pudesse intervir na sessão.



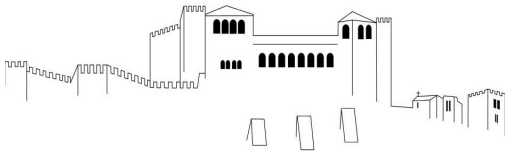
Município de Leiria Assembleia Municipal

Dirigindo-se ao senhor Professor Carlos André, deu-lhe os sinceros parabéns pelo documento, mas afirmou não poder deixar de demonstrar o seu desagrado. Sendo um documento de reflexão, entende que deve intervir e fazer esta intervenção para que possa constar no documento a União de Freguesias a que preside, união essa que confina com o rio Lis, o qual defendem ao máximo. Referiu serem uma freguesia rural onde muitas pessoas vivem da agricultura, uma boa parte delas precisamente no vale do Lis. Relembrou que a sua freguesia (União de Freguesias) possui 800 anos de história o que significa que possui muito património sendo por isso uma freguesia muito rica.

Continuou a sua intervenção dizendo que muito se falou sobre o pulmão da cidade, sobre manchas verdes, mas ficou um pouco triste com o fato de em nenhum ponto se falar na União de Freguesias do Souto da Carpalhosa e Ortigosa. Foi mencionado que têm de ser criadas zonas verdes, ciclovias, ligações ao vale do Lis, falando-se em Amor, Monte Real, Coimbra, mas questionou uma vez mais onde fica o Souto da Carpalhosa e a Ortigosa que, na sua opinião, pode ter uma excelente ligação por ciclovia, sempre por uma grande mancha verde de floresta, que é o que defendido e está para reflexão no documento. Referiu que esta ciclovia tinha toda a razão de ser na perspetiva da ligação das freguesias ao vale do Lis, como Amor, Monte Real e Souto da Carpalhosa e Ortigosa pois parte dele tem sido amanhado pelos agricultores da sua freguesia.

Continuou a sua intervenção dizendo que o município pode fazer uma ciclovia partindo de Leiria, do rio Lis até à foz, e depois pelas várias freguesias (Leiria, Marrazes, Milagres, Souto da Carpalhosa e Ortigosa, e vale do Lis) podendo dar continuidade por Monte Redondo, Coimbra e vale do Lis. Na sua opinião a primeira parte do percurso seria a ideal pois a mesma passaria pela charneca do Lis, mancha verde com cerca de 163 hectares que é parte integrante da sua freguesia. Esclareceu que na referida charneca só em cerca de meia dúzia de metros é que falta fazer plantação pois o terreno tem estado a ser preparado pelos serviços da Câmara, a quem aproveitou para dar os seus parabéns, para esse efeito. Afirmou que após essa intervenção a freguesia passa a ter os 163 hectares sem qualquer terreno que não possua uma árvore plantada.

Mencionou ainda a intervenção do Professor Carlos André relativa a uma notícia que terá ouvido na televisão referente às costureiras que num certo ponto do país tinham efetuado a confeção de máscaras quando Leiria já tinha começado a fazer o mesmo projeto e em tão grande quantidade, tendo-se ele mostrado triste com isso. Referiu que também ela se sente triste com o fato de a sua freguesia no documento apresentado também ter sido colocada de lado, questionando o porquê. Afirmou que defende Leiria, mas primeiro defende a sua freguesia. Considera que um plano para 10 anos, com zonas verdes, que deixa 163 hectares de floresta não está correto.



Município de Leiria Assembleia Municipal

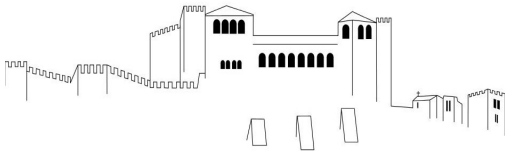
Não havendo mais inscrições e tendo sido atingido o tempo limite para as mesmas o senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António Sequeira**, deu a palavra ao senhor Professor Doutor Carlos André para responder aquilo que lhe foi perguntado.

Intervenção do senhor **Professor Doutor Carlos André**

Iniciou a sua intervenção agradecendo as palavras simpáticas que lhe foram dirigidas, as palavras de elogio e também as palavras de crítica e os contributos.

De seguida esclareceu que a sua intervenção responderá apenas às questões que têm que ver com o conteúdo do documento e com dúvidas formuladas e não em relação a questões que são suscitadas mais para o senhor Presidente da Câmara pois este órgão é um órgão político e o território em que elaborou este documento não tem que ver com essas questões. De seguida, esclareceu mais duas coisas. A primeira tem que ver com uma observação que foi feita por pelo menos dois deputados, o senhor deputado Manuel Azenha e senhor deputado Teófilo Santos. Afirmou que todas as bancadas foram convidadas através dos seus líderes. Confirmou a existência de um e-mail enviado no dia 9 de junho de 2020 aos senhores deputados Teófilo Carvalho dos Santos, Acácio de Sousa, Gastão Neves, Manuel Azenha, Daniela Sousa e Joana Cartaxo. Desse e-mail houve uma insistência, que não incluiu o senhor deputado Acácio de Sousa que respondeu ao primeiro, aos outros senhores deputados no dia 29 de junho. Referiu que houve ainda contatos a outros níveis com pessoas desses partidos, nomeadamente o partido do senhor deputado Manuel Azenha e da senhora deputada Joana Cartaxo. Confirmou ter efetuado outros contatos com pessoas com intervenção, não pelas suas funções institucionais, mas pela sua intervenção muito ativa no âmbito do município de Leiria e uma delas escusou-se a participar tendo justificado o motivo, o que de alguma forma ajudou a explicar a ausência de resposta dos outros. No caso do senhor deputado Teófilo dos Santos, atendendo à relação cordial que têm, enviou no dia 23 de julho um sms a falar-lhe do assunto e a convidá-lo, ao qual este respondeu com um sms no dia 26 de julho dizendo que estava fora de Leiria até 14 de agosto e quando regressasse que entraria em contacto consigo. Confirmou uma vez mais que convidou toda a gente, todos os partidos, deputados na Assembleia da República, referindo como exemplo a senhora deputada Margarida Balseiro Lopes, que teve o prazer de conhecer neste périplo e com a qual teve uma conversa muito interessante, na qual aprendeu bastante. Deixou bem claro que endereçou convites a toda a gente.

Como última nota preambular afirmou não ter dito na sua apresentação, mas está escrito no documento, que não possui qualquer pretensão de dizer tudo neste documento, documento esse que é falível. Na sua opinião não há nada que não seja falível e assume com toda a humildade no início do documento, algo que devia ter dito no início da sua

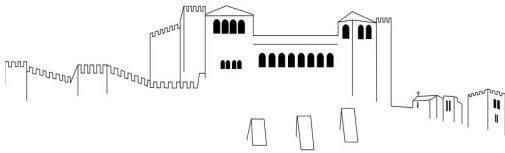


Município de Leiria Assembleia Municipal

intervenção, que existem falhas. Disse não ter a pretensão de saber tudo e quanto mais envelhece mais se convence que sabe pouco e cada vez menos por descobrir que o que falta saber é muito mais.

Relativamente às dúvidas colocadas referiu existir uma questão fundamental que tem a ver com o tipo de documento que é um documento de reflexão estratégica. Explicou que originalmente a Câmara tinha pensado no planeamento estratégico para Leiria, mas, não por não ser capaz ou por ser uma equipa, depois de ter estudado muito sobre planeamento estratégico, chegou à conclusão que grande parte dos teóricos de planeamento estratégico dizem que planeamento estratégico é o nome errado e não sendo ele o especialista nessa área quem era ele para manter o nome que os especialistas dizem ser um nome errado. Para além disso afirmou estar convencido que para fazer um planeamento estratégico, se o nome é justo, para fazer o planeamento estratégico o mesmo tem que ser feito por quem tem capacidade e competência para executar. Aquilo que lhe encomendaram foi uma reflexão, o que justamente chamou ao documento, algo a que o professor Costa e Silva chamou visão estratégica ao dele para o país inteiro.

Continuou a sua intervenção dirigindo-se ao senhor deputado Fábio Joaquim e dizendo que o documento é muito claro a respeito da questão do Instituto Politécnico de Leiria, Universidade de Leiria. O documento diz que toda a região se deve unir sob liderança da Câmara Municipal de Leiria no sentido de reivindicar que o Instituto Politécnico de Leiria passe a Universidade de Leiria, não existindo nenhuma dúvida a esse respeito. Quanto à questão da fiscalidade municipal afirmou não ter pensado nisso, reconhecendo ter sido algo em que falhou, não se podendo por isso pronunciar e sobre se se deve ou não contratar uma empresa para fazer outro tipo de trabalho considera ser uma pergunta para o senhor Presidente da Câmara. No que diz respeito à Agência Leiriense de Investimento afirmou ter-se preocupado em ver as que havia fora do país. Quanto às que existem no país não têm todas as valências que indica para esta que é proposta neste documento eliminar. Explicou que são agências de investimento e esta não é apenas uma agência de investimento, mas sim uma agência que promove a marca e possui uma característica fundamental que nasceu na reunião que teve com o senhor Presidente da NERLEI que é uma agência que facilite a vida ao empreendedor, uma espécie de balcão avançado ou mediador entre o empreendedor e os serviços de administração pública não apenas autárquicos e essa valência, aquelas que referiu não possuem. Esclareceu que esta tem características diferentes, mas em nenhum sítio do documento se diz que ela é única em Portugal. O que o documento diz é que é uma ideia inovadora para Leiria, em Leiria ela não existe.

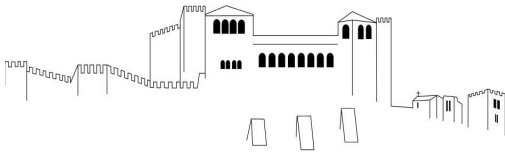


Município de Leiria Assembleia Municipal

De seguida referiu que a senhora deputada Joana Cartaxo tocou num ponto que lhe parece deveras importante que é a questão de a mobilidade ser um direito inalienável do ser humano algo que é dito no documento que começa por dizer que falar em mobilidade é falar no direito à cidade. Afirmou estarem a falar exatamente da mesma coisa e o conceito que apresenta de mobilidade é exatamente o mesmo que o documento formula. Reconheceu que depois podem ter opiniões diferentes em relação a outras questões. Mencionou o fato de a senhora ter dito que Monte Redondo está excluído dos centros urbanos, imaginando que se quer referir aos projetos ARU's (Áreas de Reabilitação Urbana). Disse não ter a certeza se Monte Redondo está lá ou não, mas se não está foi um lapso da sua parte. Afirmou ainda que Monte Redondo nem sequer se pode queixar porque uma boa parte do documento dedica-lhe uma fortíssima atenção por causa da zona industrial. Quanto ao documento falar em negócios e não em economia esclareceu que a palavra "negócios" é capaz de aparecer uma ou duas vezes no documento inteiro e a palavra "economia" deve aparecer 30, 40 ou 50 vezes. Afirmou que a senhora deputada pegou numa palavra, mas deverá compreender que é de economia que se fala no documento e não de negócios.

Continuou a sua intervenção esclarecendo o senhor deputado Pereira de Melo quanto ao fato de o documento dar uma atenção muito especial à formação profissional, dizendo que a pandemia ensinou-nos muito a respeitar e discutir de uma forma diferente o sentido das profissões na sociedade e, portanto, da formação profissional e o valor das profissões na sociedade em que estamos. Aprendemos na pandemia a dar valor às profissões todos e à necessidade de discutir a formação profissional, o que está escrito no documento.

Dirigindo-se ao senhor deputado Rui Passadouro disse compreender tudo o que disse, agradecendo as suas reflexões, mas levou-o a dizer-lhe que o tratamento das questões dos serviços de saúde mais concretamente tem a ver com competências que não são competências autárquicas. Esclareceu ter havido um cuidado neste documento de não extravasar muito em relação àquilo que são competências da autarquia tenho sido por isso que o documento não se dedicou de uma forma mais minuciosa a questões relacionadas com a organização do sistema de centros de saúde, apesar de falar nisso. Continuou dizendo que o documento não fala no plano estratégico do Centro Hospitalar de Leiria porque o não conhece apesar do Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Leiria ter sido ouvido numa longuíssima conversa que teve com ele e na qual aprendeu muito. Referiu não se ter falado nesse documento estratégico e, portanto, não se sabia da existência dele e não seria capaz de adivinhar depois das conversas que teve a esse respeito. Relativamente à complementaridade entre o setor



Município de Leiria Assembleia Municipal

público e o setor privado no plano social está mencionado no documento por outras palavras.

Regressando ao senhor deputado Manuel Azenha e sobretudo à sua segunda intervenção, onde menciona a questão da mobilidade como um direito, chamou-lhe à atenção para o fato de a observação que fez não corresponder ao que está no documento. Afirmou concordar com parte das ideias que expôs, mas a defesa do peão está no documento. Diz que Leiria deve ser cada vez mais uma cidade pedonal e isso está claramente dito no documento da seguinte forma: "... deve caminhar-se no sentido de ser uma cidade para peões..." e é dita uma outra coisa, que não há condições para fazer uma nova estação rodoviária. Disse que a observação que o senhor deputado faz de que este documento defende uma nova estação rodoviária, não defende. Este documento acha que não é possível, neste momento, pensar nisso defendendo apenas a deslocalização do terminal de expressos, algo que custa muito pouco dinheiro.

Relativamente à base aérea, a dúvida que suscita tem respostas simples. No que diz respeito a como chegar à base aérea respondeu que se chega lá muito facilmente pois está a três quilómetros da A17 e a três quilómetros da linha do Oeste renovada como se espera que venha a ser. Do ponto de vista da mobilidade para uma base aérea aberta à aviação civil a mobilidade rodoviária e ferroviária está, portanto, garantida.

No seguimento da intervenção do senhor deputado Gastão Neves sublinhou a necessidade da existência de um PROT. Explicou que este documento diz com muita clareza que existe um documento estratégico, passe a redundância, na Câmara Municipal de Leiria chamado REOT - Relatório do Estado do Ordenamento do Território – documento esse que tem uma quantidade enorme de propostas estratégicas que são muito válidas, muito capazes, que são exequíveis e que devem ser cumpridas e este documento assume-as. Disse que o que é preciso perceber é o que é que este documento pretende ser. Este documento, utilizando o conceito exposto pelo Professor Costa e Silva, pretende ser uma visão estratégica para a década com grandes objetivos e com grandes metas. Disse que se a Câmara Municipal quiser pegar neste documento e fazer disto um instrumento de trabalho com vista a desenvolver planos de ação em áreas diversas tem aqui um alfofre de ideias. Se a Câmara Municipal quisesse fazer um documento de natureza diferente, entregue a uma empresa e que demorasse 2 ou 3 anos a fazer, como outros já foram feitos, já não é um problema dele. Confirmou ter feito o que lhe foi pedido e o que era humanamente possível a uma pessoa fazer durante esse período de tempo. Disse ter trabalhado durante 8 meses para fazer este documento período em que não fez quase mais nada, beneficiando da sua situação de aposentado. Referiu ainda ter deixado de publicar um livro que tinha para publicar tendo-o atrasado um ano.



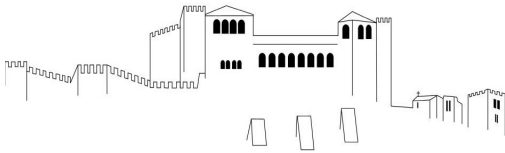
Município de Leiria Assembleia Municipal

Relativamente à intervenção da senhora Presidente da União de Freguesias do Souto da Carpalhosa e Ortigosa esclareceu que não fala na sua freguesia porque nesse percurso do vale do Lis a Freguesia de Amor aparece e diz-se "entre outros". Disse que no documento também se não fala na Barosa, nos Parceiros, nos Milagres, nos Marrazes, o que significa que se formos falar de exclusão existem muitas outras exclusões. Afirmou ter tido o cuidado neste documento de não se pôr a mencionar tudo e de o ter efetuado sob a perspetiva de académico pois se o fizesse de outra forma, de uma forma eleitoralista, seria dito que estava a pôr lá os lugarzinhos todos. Disse não se ter preocupado com isso existindo freguesias que são mencionadas e outras que não são. No caso dos centros históricos está mencionado Monte Real e Cortes tendo falhado um que é muito importante que é os Milagres, por exemplo. Afirmou também poder falar nos aspetos históricos do Souto da Carpalhosa, freguesia que sabe muito bem que tem 800 anos. Continuou dizendo não ser isso que está em causa, mas sim a definição de grandes metas estratégicas que se depois alguém quiser concretizá-las em planos de ação esse será seguramente outro caminho. Para si este era o possível atendendo ao tempo que foi concedido para realizar este trabalho.

Concluiu a sua intervenção dizendo esperar ter respondido a todas as pessoas exceto nas questões que devem ser endereçadas ao senhor Presidente da Câmara que trabalha nesse território que não é o seu.

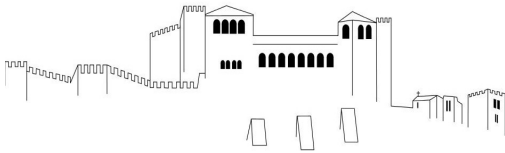
Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**

Iniciou a sua intervenção dizendo que iria mencionar apenas aquilo que acha que foi uma parte importante da reunião e uma oportunidade perdida. Referiu ter havido um momento em que se apresentaram ideias, metas, objetivos e ações e outros momentos que, infelizmente, em vez de se apresentarem novas ideias, de se sugerirem alternativas passou-se a maior parte do tempo a dizer mal das ideias que foram apresentadas. Na sua opinião, se se quer mudar o paradigma daquilo que é a nossa participação política não deve estar assente nas rivalidades políticas ou partidárias, se o atual Presidente da Câmara vai ser ou não candidato, se no programa do futuro candidato do PS ou do PSD se vai ou não usar este documento, se se pagou muito ou pouco pelo estudo. Disse ter-se perdido a oportunidade de se poder debater aquilo para que foram convidados e alguns e não quiseram fazê-lo. Referiu que perderam novamente uma grande oportunidade de poder debater de maneira positiva, focados no futuro. Na sua opinião deve ser isso que têm de refletir bem quando se fala das lideranças, que tipo de líderes políticos estão a preparar quando numa Assembleia podiam ter dado contributos, acrescentar valor e passaram a maior parte do tempo com fait divers. Referiu que se o documento não tivesse sido encomendado há um ano hoje não tinham nada para criticar. Questionou sobre a quantidade de oportunidades que houve para debater Leiria, nomeadamente,



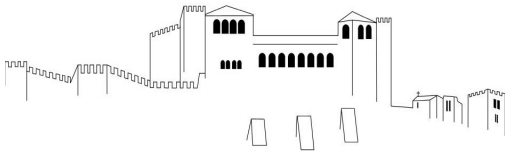
Município de Leiria Assembleia Municipal

quatro conferências, cem reuniões realizadas com personalidades das mais diversas áreas. Afirmou saber como é que se faz um planeamento estratégico e o fato de com o professor Carlos André se ter vencido a etapa do diagnóstico. Afirmou que qualquer empresa que tivessem contratado para fazer o diagnóstico teria que ir para o terreno fazer uma investigação sobre os pontos fracos / fortes, oportunidades e ameaças, coisa que o professor com a experiência que tem e com o conhecimento do território nenhuma das outras empresas vindas de longe teria a capacidade de vencer e não o faria neste período tão curto. Disse que aquilo que foi o objetivo da contratação está perfeitamente alcançado, provocaram a sua reflexão, possuem um documento que sintetiza um conjunto de ações, reafirmando novamente que algumas delas são antigas. Nos 12 anos que passaram na Câmara têm a sua autocrítica a fazer e hoje voltaram a falar dos projetos que foram colocados de lado, como é o caso do multiusos. Continuou dizendo ainda não ter percebido se o projeto foi colocado de lado e o PSD não concorda com ele. Na sua opinião, o PSD tem que ficar satisfeito com essa atitude não compreendendo porque é que insiste sistematicamente em retirar ou pôr em cima da mesa a construção de algo com o qual não concorda, com o qual não tenha a segurança de que é o melhor investimento para a década. Questionou sobre quanto tempo levou Leiria a recuperar do investimento feito no estádio, sobre quantos projetos adiados tiveram que fazer durante estes 12 anos. Questionou ainda se querem correr os mesmos riscos que passaram pelo estádio e se é isso que o PSD e os outros partidos que reclamam a retirada e passar por cima da mesa as obras como a avenida Heróis de Angola, onde não têm ainda a certeza absoluta de que a estrutura em termos de infraestruturas é melhor solução. Perguntou se sabem o que é sofrer numa avenida Nossa Senhora de Fátima uma pequena obra de 2,4 milhões de euros, em que causaram transtorno àquelas pessoas que lá vivem. Pediu para imaginarem isto na principal artéria comercial de Leiria. Questionou se sabem quantos anos demoraria essa obra, que prejuízo iria trazer para o concelho, quanto quando comércio iria acabar. Aproveitou para deixar uma mensagem de esperança relativamente ao futuro. Disse que dentro de muito pouco tempo ter-se-á a oportunidade de conhecer os novos protagonistas à Câmara Municipal de Leiria, de saber quais são os programas de cada um dos partidos e de serem eleitos aqueles que forem candidatos e de ter novas equipas para o futuro. Afirmou desejar que se voltem a fazer mais planos como esse, que se provoque debate e reflexão sobre Leiria para que se possa ter mais massa crítica, mais opinião. Mencionou que apenas 40 pessoas estavam a assistir em casa à sessão, tendo questionado se é isto que querem num concelho com 125 mil habitantes. Continuou a sua intervenção mencionando a juventude, questionando que tipo participação foi induzida por eles quando colocaram uma jovem com pouco mais de 20 anos, escritora, uma lutadora e boa aluna a fazer parte do grupo restrito. Afirmou ter sido o seu contributo - 3



Município de Leiria Assembleia Municipal

mulheres e 3 homens de diversas idades, diversas sensibilidades e ideologias. Como exemplo referiu nada ter contra a ideologia da Joana Cartaxo, é a opinião dela onde defende um modelo de sociedade que não é o dele. Apesar disso o partido dela teve oportunidade de participar na reflexão, nos debates, tendo havido pessoas de ao mais alto nível dos partidos que foram convidadas e a resposta, parecendo combinada, foi ausentarem-se. Na sua opinião tal aconteceu porque este plano, esta reflexão tinha de correr mal pois foi o Presidente da Câmara que a contratou. Afirmou que hoje a crítica é ao Professor Carlos André, mas se tivesse convidado outro qualquer criticariam à mesma. Disse não perceber que vantagens é que têm e o que é que retiram desta noite toda. Que conclusões é que os partidos políticos representados na Assembleia defendem para os próximos 10 anos. Referiu ter havido também uma tentativa de fazer uma separação entre a cidade e as aldeias. Voltou a dizer que este documento tem uma preocupação para a reabilitação urbana dos centros, sobretudo dos centros habitacionais das aldeias e vilas que apresentam características próprias de alguma necessidade de reabilitação, tendo aproveitado para dizer que já estão a trabalhar nesse aspeto para o futuro apesar de nem sequer saberem quem é que irá governar no futuro. Disse que quando estiver alguém a governar esta Câmara vai ter áreas de reabilitação urbana que podem estar preparadas para ser elegíveis a fundos comunitários, se forem exemplo daquilo que foi o quadro comunitário PEDU. Esta capacidade de antecipar é aquilo que, na sua opinião, se exige hoje em dia às autarquias. Questionou se num ano de pandemia, em que a capacidade de intervenção fica limitada, cuja sua visão fica obscura nos próximos 4, 5 anos, bastando ver o que está acontecer com o turismo, em que têm a ambição de conseguir fazer um documento que projeta Leiria para os próximos 10 anos, que é prudente, que tem um nível de abrangência financeira suficientemente capaz de a poder executar com os fundos comunitários que aí vêm, mas muito difícil, porque vai depender muito daquilo que também é a estratégia nacional e a estratégia dos governos. Referiu já se ter falado durante a sessão no TGV tendo aproveitado para questionar se alguém tem a noção se o TGV for uma realidade e a estação for em Leiria o quanto se vai mudar de paradigma em termos de desenvolvimento. Questionou se têm a noção do que é que será o nosso concelho se essa proposta se confirmar, saber o que é estar a 35 minutos de Lisboa. Afirmou que se isso acontecer será tipo um Euromilhões. Questionou se sabem como vão ficar os terrenos junto à estação entre Leiria e Marinha Grande. Disse que aquela que é apresentada aqui como uma ótima localização industrial em termos de desenvolvimento industrial se calhar tem que ser repensada par outros tipos de serviços e comércio que poderá surgir junto àquela saída e àquele ponto de passagem. Continuou dizendo também terem aqui ficado salvaguardadas essas preocupações em termos daquilo que é a nossa recuperação económica.



Município de Leiria Assembleia Municipal

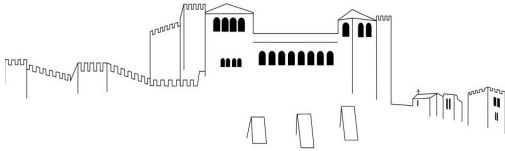
Deixou uma última mensagem de agradecimento ao senhor Professor Carlos André e aos contributos que ouviu aqui, e que foram muitos. Considera que Leiria tem um potencial muito grande, continuando a acreditar neste concelho com todas as energias possíveis e imaginárias. Entende que já muita coisa foi feita ao longo dos anos, e não é só nos últimos 12 anos, tendo havido muitas coisas positivas. Referiu que o nosso concelho tem coisas positivas das quais nos devemos orgulhar, tais como a que a senhora Presidente Eulália Crespo referiu ao mencionar as manchas verdes, o nosso turismo, a nossa capacidade cultural, as nossas empresas, o nosso empreendedorismo, o nosso setor educativo, com o Politécnico a ser uma referência, com a necessidade de apostar num hospital que seja referência capaz de vencer futuras pandemias e que teve um excelente desempenho, assim como os nossos centros de saúde. Questionou se têm a noção que vivem num concelho que é um privilégio a nível nacional. Afirmou sentir-se orgulhoso diariamente por ser de Leiria não se sentindo diminuído por dizer que é desta cidade. Considera-se um privilegiado por aqui viver apesar dos problemas existentes, problemas esses que vamos resolver. Reconheceu que os problemas não se resolvem num instante existindo alguns que durante anos nunca ninguém os conseguiu resolver.

Relativamente às freguesias referiu que seguramente vão ter escolas totalmente arranjadas, apetrechadas e digitalizadas, sendo que algumas já têm. ficar melhores. Algumas freguesias apesar de terem carências no que diz respeito ao número de médicos, já têm centros de saúde melhorados ou construídos, estando previsto o lançamento de três. Disse estarem já a projetar a nova geração de centros de saúde para os próximos anos e têm uma preocupação muito clara, querem deixar as nossas vilas e as nossas aldeias de diversas freguesias preparadas para fixar pessoas porque se elas não tiverem arranjadas e não forem atrativas não vamos ter futuro porque a juventude vai-se embora e ficarão apenas os idosos e esse é o seu grande objetivo no seu plano estratégico e naquilo que é a sua ambição como autarcas seja Presidente da Câmara, Presidente de Junta ou membros da Assembleia.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, concluídas as intervenções, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Professor Carlos André pela sua inestimável colaboração.

Terminou desejando a todos saúde e lembrando que a próxima sessão ordinária será no dia 30 de abril e não no dia 9 como estava inicialmente previsto.

ENCERRAMENTO



Município de Leiria Assembleia Municipal

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, encerrada a sessão, eram **00h46** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António José de Almeida Sequeira**, e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 18 de junho de 2021, **deliberou por unanimidade, aprovar a ata.**

O Presidente da Assembleia
António José de Almeida Sequeira

A Técnica Superior
Catarina Isabel dos Santos Clemente